

Centro de Estudos Baianos

Luis Henrique Dias Tavares

O Levante Dos Periquitos

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

144

Luis Henrique Dias Tavares

O Levante Dos Periquitos

Universidade Federal da Bahia
Centro de Estudos Baianos
1990

Toda correspondência deve ser enviada à Direção do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia antigo prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus - Térreo - Distrito da Sé - Salvador - Bahia - 40.000

Professor JOSÉ ROGERIO DA COSTA VARGENS
Reitor da Universidade Federal da Bahia
Professora NADJA MARIA VALVERDE VIANA
Vice-Reitora da Universidade Federal da Bahia
Professor FERNANDO DA ROCHA PERES
Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA



TAVARES, Luís Henrique Dias

O Levante dos Periquitos na Bahia; um episódio obscuro do primeiro Império / Luís Henrique Dias Tavares. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1990.

44p. ; 22cm. -- Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, Publicação ; 144).

1. Bahia -- História. I. Título. II. Série.

CDU 98142

(Preparado pelo Centro de Estudos Baianos - UFBA).

ÍNDICE

1. CONJUNTURA E EPISÓDIOS	05
2. O LEVANTE DE 25 DE OUTUBRO	19
3. A DERROTA DO LEVANTE	31
NOTAS	35

UM EPISÓDIO OSCURO DO PRIMEIRO IMPÉRIO:
O LEVANTE DOS *PERIQUITOS* NA BAHIA*

Luís Henrique Dias Tavares

A maior parte da História se oculta na consciência dos homens. RIBEIRO, João Ubaldo. Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.

1 CONJUNTURA E EPISÓDIOS QUE ANTECEDERAM O LEVANTE

INTRODUÇÃO. Este estudo examina a sedição, rebelião ou levante do 3º Batalhão da 1ª. Linha chamado dos *Periquitos* por causa da cor verde na farda¹. Ocorreu na cidade do Salvador ao amanhecer do dia 25 de outubro de 1824, e se desdobrou até 6 de dezembro do mesmo ano. Naquele dia 25, cobrou a vida de uma autoridade militar de alta patente, o governador das armas da província da Bahia, coronel Felisberto Gomes Caldeira, e nos quase quarenta dias que se seguiram, batalhões e corpos do exército se dividiram e se confrontaram em grave dissídio político-militar. Por fim, na hora da repressão, um herói da guerra pela Independência, o major Joaquim Satyro da Cunha, foi soturnamente preso, julgado e condenado sem processo e sem defesa; por último, condenado à morte na forca. Outro condenado à morte foi o tenente dos *Pitangas*, Gaspar Lopes Villas Boas.

Episódio obscuro, senão maldito, da História do Brasil, o levante dos *Periquitos* suscita aos historiadores problemas específicos pelo que revela da frustração da província da Bahia com a institucionalização do Império no Brasil, em verdade mais centralizado que monárquico constitucional. No mesmo passo, pelo que indica da tendência para o alinhamento submisso da camada social dominante na província — os proprietários de escravos, engenhos, terras, canaviais, roças de fumo, plantações de algodão, lavouras de mandioca e currais de gado no Sertão — para com o poder executivo central. De outra parte, pelo que mostra as limitações, inibições e vacilações das camadas sociais médias atuantes na província — advogados, solicitadores de causas, médicos, padres, oficiais militares brasileiros e artesãos — as contestadoras urbanas mais próximas do grande número de escravos, forros e libertos.

* Este trabalho contou com o patrocínio do CNPq. Quero manifestar meus agradecimentos às professoras Marly Geralda Teixeira, Maria José de Sousa Andrade e Janaína Amado, que leram e fizeram observações pertinentes à primeira versão deste texto. Também agradeço à eficiência da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e ao Arquivo do Museu Imperial (Petrópolis) AMI.

A CONJUNTURA. De inegável identidade com o movimento de 1824 em Pernambuco — a Confederação do Equador — conquanto não tenha alcançado igual dimensão na História do Brasil, o que se instalou na cidade do Salvador a 25 de outubro de 1824, incluindo-se o amor-te do governador das armas, vem se desdobrando de episódios anteriores. São eles expressivos da grande inquietação social e não pequena instabilidade política que marcou o primeiro império em todo o jovem Brasil. São expressivos também do desencontro entre a realidade regional e a abstração nacional; do antagonismo entre escravos e senhores de escravos; entre pardos, mulatos, pretos e brancos; entre brasileiros e portugueses; entre partidários da concessão do poder absoluto ao imperador D. Pedro I ou até do retorno à união Brasil-Portugal, e "ultra-liberais", "exaltados", republicanos e democráticos, designações vagas e azedas, que tanto podiam localizar partidários da Independência e da monarquia constitucional representativa, como identificar raros e imprecisos republicanos, "anarchistas", "democráticos". Expressivos, ademais, da insatisfação de oficiais militares brasileiros formados no decorrer da guerra pela Independência do Brasil na Bahia, muitos dos quais não tinham certeza da efetiva incorporação ao exército, sentimento de insegurança profissional que se ampliou nos últimos meses de 1823 com as notícias sobre desmobilização de batalhões e transferência de oficiais e soldados para outras províncias, propalando-se até que podiam ir "para o frio de Montevidéu".

Tropas desocupadas geravam assaltantes na cidade do Salvador, vilas e estradas do recôncavo. Havia pesado temor de uma invasão do exército e da marinha de Portugal.

A situação econômica era crítica, prolongando-se da de estabilização do antigo relacionamento comercial entre a província da Bahia e o reino de Portugal (incluía colônias portuguesas na África e Ásia), depois agravada com a guerra e o imediato após guerra. A propósito, o cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebaud registrou: "Os brasileiros são os produtores do interior" (...). "Perseguidos os portugueses" (...) "fizeram desaparecer os seus capitais, e os agricultores ressentem-se vivamente da perda destes úteis intermediários. A agricultura definha, as mercadorias estão na Província e na Cidade, a preço muito baixo e os povos sofrem muito"².

Enfim, embora fosse denominado "sedição dos Periquitos", o levante de 25 de outubro não foi exclusivamente de oficiais e soldados do 3º batalhão. Em verdade, bastante mais extenso, participaram dos acontecimentos o 4º batalhão e o Corpo de Artilharia, além de dois oficiais e quarenta soldados do 2º batalhão e alguns civis³.

EPISÓDIOS QUE ANTECEDERAM O 25 DE OUTUBRO. Contudo, dos episódios que levaram ao 25 de outubro, para não recuar muito, vou preferir os mais imediatamente próximos do movimento inaugurado em Pernambuco a partir da condenação do golpe de 12 de novembro de 1823. Estão neste caso a proibição do semanário *O Liberal*, cujo editor, o padre João Baptista da Fonseca, foi preso e "devolvido a Pernambuco";

a expulsão do clérigo Manoel Moreira de Magalhães, e a captura do brigue mercante *Barata*, desta forma denominado pelos pernambucanos em homenagem ao jornalista Cypriano José Barata de Almeida, então preso no Rio de Janeiro por ordem expressa do Imperador Pedro I. O brigue saía da Bahia para Pernambuco "carregado de farinha de mandioca"⁴.

PRISÃO DO PADRE FONSECA E EXPULSÃO DO CLÉRIGO MAGALHÃES.

De acordo com as memórias de um contemporâneo desses acontecimentos, o cadete do 2º batalhão de 1ª linha, José Bonifácio Caldeira de Andrade, além do mais, primo do coronel Felisberto Gomes Caldeira, o governador das armas soube da prisão do padre Fonseca e até participou de uma reunião do "conselho privado da maçonaria", dedicada ao exame da adesão ou apoio ao movimento já então instalado no Recife e em Olinda. Naquela ocasião, Caldeira teria declarado que o despotismo fora derrotado no Brasil; que "outras eram as circunstâncias", visto que o país já possuía "as vantagens do sistema das monarquias constitucionais"⁵. Teria assegurado também não existir qualquer possibilidade de sua participação, adesão ou apoio ao movimento pernambucano. Verdade ou criação destinada a melhorar a imagem histórica do militar, porquanto aparece nessa versão como homem sincero e leal, além do mais correto com antigos companheiros de 1821 e de 1822-1823, o fato é que o presidente da província da Bahia, Francisco Vicente Viana, encontrou-se com autoridade suficiente para fechar o semanário *O Liberal* e expulsar da Bahia o padre Fonseca e o clérigo Magalhães, que se tornara suspeito de ter vindo à Bahia "para convidar os povos da Província para sacudir o jugo do Rio de Janeiro e a se reunir às Províncias do Norte formando com elas uma república confederada"⁶. Fosse o caso, e se poderia prever naqueles dias de janeiro de 1824 que a classe social dominante na Bahia não levaria suas restrições ao unitarismo do império até o desenlace expresso na Confederação do Equador.

CAPTURA DO BRIGUE BARATA. O episódio seguinte à expulsão do clérigo Magalhães foi a captura do brigue *Barata*. Aconteceu na noite de 30 de março. Já de si fora difícil comprar farinha de mandioca para os pernambucanos, como se deduz da carta de Francisco Agostinho Gomes a Manoel de Carvalho Paes de Andrade⁷. Mas, afinal, conseguiu-se. Carregado o brigue, passaram a dizer na cidade que a marinha imperial não permitiria que partisse para Pernambuco, ameaça cumprida na noite de 30 de março, quando o *Barata* foi ocupado militarmente e levado para fora da barra pela escuna de guerra *Atlante*. Por fim, como resultado da ordem do comandante do brigue imperial *Bahia*, o *Barata* foi comboiado para o Rio de Janeiro⁸.

Logo que a cidade soube do seqüestro do *Barata*, recolheu-se sob intensa expectativa. Respondia pelo governo das armas o major Francisco da Costa Branco, pois o coronel Felisberto Gomes Caldeira se encontrava "a serviço" no recôncavo. Foi na ausência do governador das armas permanente que o major Branco comunicou ao presidente da

provincia a existência da inquietação no comércio e nos quartéis. Tam-
bem informou que "havia uma conspiração", e que os oficiais do 3º
batalhão queriam depô-lo. Para que se entenda o seu comportamento,
preciso dar algumas informações a respeito do presidente da provín-
cia da Bahia, Francisco Vicente Vianna.

FRANCISCO VICENTE VIANNA. Nomeado a 20 de novembro de
1823, na invocação de uma lei da Assembléia Constituinte (lei de 20
de outubro de 1823) sô aplicada quando ela já se encontrava fechada,
Francisco Vicente Vianna, então um homem idoso, tinha larga prática
para ocupar o cargo. Ele a adquirira na sua atuação como magistrado
colonial, e no período de 1822-1823 em que balançara a sua precária
condição de presidente da Junta Governativa da Bahia com a realidade
da ocupação militar da cidade do Salvador pelo exército português, e
mais ainda (depois de junho de 1822) com as circunstâncias da guerra
pela Independência. Manteve-se, no entanto, dessa forma, até o dia
de maio de 1823 em que o general Madeira de Mello empolgou o poder
civil. Não sabemos o que lhe aconteceu imediatamente após. O que im-
porta, porém, é ter-se composto com o governo do imperador Pedro I.

Não foi difícil. Senhor dos engenhos **Paramirim** e **Madruga-
Cedo**, além do mais casado em família de comerciantes e proprietários
(era cunhado do rico comerciante Pedro Rodrigues Bandeira), o futuro
1º barão do Rio das Contas podia servir ao poder executivo central.
Sua nomeação para presidente da província da Bahia o colocava em po-
sição decisiva para a aceitação do imperador no nordeste¹⁰. Por si-
nal, dos nomeados na época (Francisco Paes Barreto, para Pernambuco;
Felipe Nery, para a Paraíba; Pedro José da Costa Barros, para o
Ceará) foi o único a obter algum sucesso.

Sabendo que ia encontrar resistências à sua nomeação, Fran-
cisco Vicente Vianna cuidou de se empossar a 19 de janeiro de 1824
com um cerimonial pomposo e marcado de compromissos. Fez parte desses
o fato do coronel Felisberto Gomes Caldeira apresentar-lhe a sua Car-
ta Patente de governador das armas logo confirmado nesse porto¹¹.

Informado do que pretendiam os oficiais do 3º batalhão,
na manhã de 19 de abril, Vianna saiu de sua casa em São Pedro Velho
e foi para o palácio. No seu estilo dúbio, demitiu o comandante do
forte do Mar, por não ter resistido ao seqüestro do brigue **Barata**, co-
mo seria do seu dever na vigilância do porto¹². Ao mesmo tempo, con-
vocou o 1º secretário do governo, padre Marcos Antonio de Souza, um
dos ex-deputados da Bahia às Cortes de Lisboa; o juiz do crime e pre-
sidente da Câmara, Luiz Paulo de Araújo Bastos, futuro Visconde dos
Fiaes, e que viria a ser seu genro; o desembargador Antonio da Silva
Telles, seu antigo companheiro na Junta Governativa de 1822-1823; o
comandante do 1º batalhão, major João Leite Pacheco, e os oficiais
militares capitão Manoel Francisco de Souza e sargento-mor Manoel Jo-
sê Tupinambá de Mello, comandante da fortaleza do Barbalho¹³. Além
disso, a guarda do palácio foi reforçada. Dessa forma, quando lhe avi-
saram que "pretendião huma representação o sargento-mor José Antonio

da Silva Castro, e alguns outros oficiais do seu comando", receberam¹⁴. Para melhor inteligência dos acontecimentos que estou analisando,
do, também devo informar quem era o comandante dos *Periquitos*.

JOSÉ ANTONIO DA SILVA CASTRO. Militar feito na guerra
pela Independência, no decurso da qual atuou com bravura e temerida-
de, ainda assim pouco se sabe do sargento-mor José Antonio da Silva
Castro, a respeito de quem tem existido algum interesse sô por ter
sido avô materno do grande poeta Antonio de Castro Alves. Por causa
dessa motivação, o melhor biógrafo do poeta, Pedro Calmon, também é
o seu melhor biógrafo¹⁵. É Pedro Calmon quem o coloca nascido em Cur-
ralinho, filho de João Antunes da Silva Castro, "homem abastado, po-
deroso e respeitável", descendente de bandeirantes paulistas que se
estenderam das Minas Gerais para a região aurífera do rio das Con-
tas. Contudo, no que mais interessa, que é identificar as idéias e
posições políticas de José Antonio da Silva Castro, há que registrar
sua passagem pelo Aljube¹⁶ na ocasião em que ali estavam os presos
políticos de 1817. Os de 1817, condenados por causa da revolução de
6 de março daquele ano no Recife, e ele, por episódios não explica-
dos, mas de possível banditismo (assaltos a fazendas e vilas) no ser-
tão¹⁷. Teria recebido no Aljube a "primeira doutrina do patriotismo
e amor da Liberdade", segundo ditou em 1867 um veterano das lutas pe-
la Independência, o solicitador de causas e político Antonio Pereira
Rebouças, no particular bastante simpático, mas provavelmente algo ima-
ginoso e benevolente com seu antigo companheiro¹⁸.

Um registro de 1817 o coloca ao lado do ainda sargento-
mor Felisberto Gomes Caldeira, ambos participantes da cerimônia de
casamento de uma irmã de Silva Castro, Ana Constança. Daí, desapare-
ce. E vai reaparecer em fevereiro de 1822, quando é um dos que assí-
nam a "representação" contra a posse do general português Madeira de
Mello no governo das armas da província da Bahia. Pouco depois está
em São Félix, e é dessa vila à margem direita do rio Paraguassu que
escreve uma carta para o *Diário Constitucional*, jornal em que o jo-
vem maçom Francisco Gomes Brandão (mais conhecido depois da Indepe-
ndência como Francisco Gê Acayada de Montezuma, futuro Visconde de
Jequitinhonha) defendia o reconhecimento da autoridade do príncipe
regente D. Pedro, o que significava romper com as Cortes de Lisboa.
Devia ser essa sua posição política na época, porquanto comparece no
dia da aclamação de D. Pedro, a 25 de junho de 1822, em Cachoeira. Em
seguida está na ação contra a canhoneira colocada por ordem de Madei-
ra de Mello no rio Paraguassu em condições de atingir as vilas de
São Félix e Cachoeira com os seus disparos¹⁹.

Começava a guerra pela Independência. Naquele começo, Jo-
sê Antonio da Silva Castro é um dos poucos proprietários (?) que tem
a iniciativa de formar um "batalhão patriótico", a princípio 48 ho-
mens que foram aumentando em número, com a incorporação de "mulatos
e libertos", tornando-se depois o 3º batalhão de Caçadores que o ge-
neral Labatut anexou ao exército, dispondo também que ficasse na bri-

gada da esquerda, parte da pinça que fechou por terra a cidade do Salvador²⁰. O comandante da brigada da esquerda era o coronel Felisberto Gomes Caldeira. Por conseguinte, também por isso suponho que Silva Castro se acamaradou ao grupo de militares fluminenses e pernambucanos que mesmo na frente da guerra questionavam a forma com que se procedia no Rio de Janeiro para a Independência e a aclamação de D. Pedro como imperador. É um possível indicativo de sua ligação com esses oficiais a participação que teve na prisão e deposição do general Labatut, decidida a 20 de maio de 1823 na mesma seqüência em que os oficiais de brigada da esquerda decidiram libertar o coronel Felisberto Gomes Caldeira da prisão ordenada por Labatut.

Feitas as apresentações do presidente Vianna e do major Silva Castro, voltou a manhã de 19 de abril.

A MANIFESTAÇÃO DE 19 DE ABRIL. A "representação" do comandante do 39 batalhão se limitou a um discurso de três itens. No primeiro, protestou contra a expulsão do padre João Baptista da Fonseca, algo de há muito consumado e por inteiro irremissível. No segundo item, reclamou a falta de cumprimento da decisão de 13 de dezembro, que estabeleceu a "proscrição" de 80 ou mais portugueses. Foi votada na confusa sessão em que a Câmara examinou a notícia da dissolução da Assembléia Constituinte²¹. Na sua maneira, o presidente Vianna a deixara cair no esquecimento. Por fim, no terceiro item, questionou o adiamento da eleição do Conselho, um instrumento político que a Assembléia Constituinte criara para conter ou diminuir o poder dos presidentes de província nomeados pelo imperador²².

Concluída a fala de Silva Castro, tomaram a palavra dois oficiais que o acompanhavam; o capitão Victor José Topázio e o alferes Gaspar Maciel Sá Barreto. Conforme acentuou Vianna em ofício para o ministro João Severiano Maciel da Costa, utilizaram "expressões menos respeitadas" e o acusaram de perseguições aos patriotas e de não respeitar leis e decisões votadas pelo povo. Nada obstante, falaram e se retiraram²³. Pouco depois tocava o sino da Câmara, iniciava de oficiais do batalhão dos *Periquitos*, que assim forçavam uma reunião extraordinária da Câmara. De sua vez, enquanto autorizava Luiz Paulo de Araújo Bastos a presidir a reunião que se convocava de maneira irregular, o presidente Vianna oficiou ao governador das armas em exercício, urgindo-lhe "a maior vigilância em fazer guardar o Palácio do Governo", e ordenando-lhe silenciar o sino da Câmara e afastar os oficiais militares que encontrasse. Também oficiou ao coronel Felisberto Gomes Caldeira, informando-o dos acontecimentos e solicitando que retornasse à cidade e ao seu posto. Depois de assinar esses ofícios, vendo que não "concorria povo algum ao toque do sino"; e que "a tormenta" não duraria, Vianna foi esperar em casa o resultado da reunião da Câmara²⁴. Horas depois, Luiz Paulo de Araújo Bastos transmitiu-lhe as duas decisões adotadas: convocar o collegio eleitoral, para que realizasse a eleição do Conselho²⁵, e expulsar em 3 dias todos os portugueses nominados na lista de 13 de dezembro. Fran-

cisco Vicente Vianna concordou com ambas, mas sem a menor intenção de cumprilas²⁶.

Bem sucedido no episódio de 19 de abril, Vianna podia crer ao ministro Maciel da Costa comunicando ao imperador "que não houve o menor distúrbio"²⁷. Entende-se que diminuisse as possibilidades contestadoras da manifestação. De outra parte, porém, reconheceu sua gravidade em outra correspondência para o futuro marquês de Queluz. Dessa vez, marcou-a: **Carta Secreta**. Relacionou, então, os médicos José Lino Coutinho, este um político e ex-deputado às Cortes de Lisboa, José Avelino Barbosa e Antonio Policarpo Cabral, com o sargento-mor José Antonio da Silva Castro, o capitão Victor José Topázio, o tenente Tibiriçã e o alferes Gaspar Lopes Villas Boas, "com prometidos com o movimento"²⁸. Acrescentou mais que chegavam à cidade de cartas de Pernambuco, escritas por alguns dos que estiveram presos no Aljube de 1817 a 1821. Além disso, procurou intrigar José Lino Coutinho, classificando-o "sócio do Barata", e incluiu na sua lista de suspeitos o poeta Ladislau dos Santos Titara, futuro autor de *Paraguassu*, poema de imitação camoniana em que pretendeu cantar os feitos e os heróis da guerra pela Independência do Brasil na Bahia²⁹.

No desdobramento do dia 19, a 5 de abril reuniu-se o "Collegio Eleitoral", presentes, contudo, apenas os eleitores do distrito da cidade do Salvador. Eles ponderaram então que a "representação" enviada estava incompleta, justificativa com a qual oficiaram ao presidente Vianna, solicitando esclarecimentos. Trata-se de um ofício com 3 quesitos. No primeiro, indagavam se a eleição requerida era "precisa para a segurança e a tranquilidade da província". No segundo, se a "representação" do povo fora "deferida em plena liberdade". No terceiro condicionavam qualquer decisão ao que o presidente respondesse às duas primeiras questões, e desejaram "que no caso do collegio eleitoral resolver a eleição do conselho", o presidente da província garantisse convocar "os eleitores dos outros pontos da província".

No mesmo dia 5 o presidente Vianna respondeu-lhes opinando não ser "de absoluta necessidade ao bem estar da província a eleição do conselho"; informou que a decisão da Câmara fora "uma providência do momento para socegar alguns espiritos em effervescência". Por último, respondeu o terceiro quesito anexando cópia do decreto imperial que marcava o dia 25 de março para o juramento da Constituição no Rio de Janeiro, e lembrou: "em breves dias também será jurada nesta cidade"³⁰. Não podia escrever em português mais claro... Pois a tática do presidente Vianna era adiar ao máximo as decisões e esperar que o juramento da Constituição criasse uma nova situação política, conforme ele próprio justificou ao ministro João Severiano Maciel da Costa ao escrever que tomara a decisão de convocar "os Collegios Eleitorais" acreditando que não tivesse resultado prático, "por que brevemente esperamos a Constituição para ser jurada"³¹.

Provavelmente como estava combinado com o presidente Vianna, o collegio eleitoral deliberou que "não devia encarregar-se de responder por huma eleição que se considerava nulla e irrita; accor-

dando mais não ser da competência deste collegio"³². Não obstante, pediu a "convocação de todos os eleitores existentes na província, para elegerem o conselho do governo". Atendendo, o presidente Vianna expediu "circulares aos ouvidores das comarcas", orientando-os a reunirem "os collegios eleitoraes respectivos dentro de hum mez"³³. Por certo já previa que no decurso da espera a Constituição seria jurada, dessa maneira anulando a eleição de um conselho indesejado e afastando a inquietante questão da expulsão dos portugueses, mesmo por que a Carta outorgada a 25 de março de 1824 ofertava a cidadania brasileira a quem a jurasse"³⁴.

JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO NA BAHIA. Por tudo isso, quando chegou o dia do juramento da Constituição na Bahia (3 de maio de 1824) o governo preparou um espetáculo político de apoio ao poder central. Começou ao amanhecer, com uma "salva de cento e hum tiros", dada pelos navios de guerra surtos no porto e pelas fortalezas. Prosseguiu às sete da manhã ao se reunir na praça da Piedade "toda a força de 1.ª e 2.ª linhas" sob o comando do governador das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira. Depois de alinhada, a tropa marchou da Piedade para a praça do Palácio, de onde se distribuiu em alas até o Terreiro de Jesus. Às dez horas, o presidente Francisco Vicente Vianna saiu do palácio em companhia dos vereadores e demais componentes da Câmara. Bem à frente do cortejo se destacava o secretário do governo, padre Marcos Antonio de Souza, que caminhava com um exemplar aberto da Constituição, expondo-o assim como objeto sagrado. Dirigiram-se então todos para a Catedral Basílica, antiga igreja dos jesuítas. Ali se procedeu demorada missa festiva. Concluída, o padre Marcos leu cada artigo da Constituição em voz alta. Em seguida, começaram os juramentos. Primeiro, o presidente da província. Depois, o Cabido, a Câmara e o governador das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira.

Naquela noite de 3 de maio — e nas duas seguintes — houve iluminação na fachada da Câmara, que salientava a efígie do imperador. Além do mais, durante os oito dias que se sucederam a essas cerimônias, a Câmara se manteve em sessão permanente para "deferir o juramento aos que para isso se apresentassem"³⁵.

Participando da construção da ordem monárquica unitária, o presidente Vianna publicou e distribuiu para a província uma **Proclamação** ilustrativa do pensamento da camada social que ele representava. É dos melhores documentos elaborados na época em defesa da Constituição outorgada por D. Pedro I. Sem se referir diretamente à qualquer das restrições feitas à Constituição, a principal das quais a de não ter sido votada pelos constituintes, porquanto a Assembleia fora dissolvida, a **Proclamação** de Vianna a exalta como "concertada no Sanctuario da mais iluminada política; nossos mesmos compatriotas mais distintos pelas suas luzes, e amor da prosperidade nacional tem levantado este indestructivel monumento de liberalidade, e de glória: os princípios nella desenvolvidos são emanações de uma razão profun-

da". Inaugurava-se assim uma das interpretações mais repetidas no pensamento anti-democrático brasileiro: a de que "compatriotas mais distintos pelas suas luzes" podem substituir legisladores eleitos pelo povo.

Em seguida a esse parágrafo, a **Proclamação** do presidente Vianna passa para o elogio dos limites "dos poderes que devem reger as províncias do grande império". Com a arte da ambigüidade, o presidente Vianna omite o fato real de não existir poder legislativo no país, e descreve um relacionamento também inexistente entre os poderes, de tal modo que nesse império de fantasia o imperador, "o primeiro representante da nação", sancionava "as leis discutidas nas duas câmaras", fazia "executar todas as disposições legislativas", moderava e mantinha "o equilíbrio moral de todos os poderes". Prossegue: "Nesta forma de governo monarchico representativo" (...) "o povo propõe suas necessidades e interesses pelo órgão fiel de seus procuradores, sustenta seus inalienáveis e imprescriptíveis direitos pelas virtudes de seus representantes".

Eis como justifica a criação do Senado vitalício: "se faz necessario hum corpo intermedio e estavel, que sustentando a realza, juntamente preserve a nação dos precipitados de huma só camara dos deputados. Proclamando um quadro institucional inexistente no país — o que existia de fato era o poder autoritário do imperador D. Pedro I — continua o documento: "Estabelecido o governo monarchico constitucional representativo" (...) "está acabada a obra de nossa emancipação, organizado completamente o systema de nossa gloriosa independência, fixados os princípios do direito, que devem reger a nação Brasileira". Por conseguinte, louvores a D. Pedro: "O nosso imperador constitucional tem cumprido sua imperial palavra, offerecendo-nos a mais liberal constituição; merece, pois, o verdadeiro título de benfeitor dos homens"³⁶.

Não pensavam assim os pernambucanos e cearenses que chegaram à Confederação do Equador! Nem da Constituição de 1824; nem do imperador.

Também existiam discordâncias e divergências na Bahia quanto às colocações e idéias expostas na **Proclamação** do presidente Vianna. A propósito, lembro que o jornal *Grito da Razão* não publicou uma só palavra sobre o juramento da Constituição na Bahia em qualquer dos números de maio, só o fazendo a 1.ª de junho ("juramos a Constituição no dia 3") para fixar uma advertência: "se quisermos ser felizes, hê preciso sustentarmo-la"³⁷.

AMEAÇA DE INVASÃO DO BRASIL. A 4 de maio, dia imediato ao juramento da Constituição, *Grito da Razão* estava preocupado em desferir as notícias dos preparativos em Portugal para a invasão do Brasil"³⁸. Boa parte dessas notícias eram boatos que não tinham deixado de existir desde 2 de julho de 1823, no caso inspirados no que se sabia da reversão política em Portugal, onde a **Vilafrancada** reinstalou a monarquia absoluta, com a dissolução das Cortes e a suspensão da Constituição de setembro de 1822, que dera início a um novo período

do de perseguições políticas e prisões de liberais. A Vilafrancada corresponde a ascensão da liderança do príncipe D. Miguel³⁹. Em outra boa parte, no entanto, os alarmes que chegavam à Bahia encontram base no quadro político da Europa, na época aparentemente dominada pela interferência das monarquias absolutas, em destaque a Áustria, Rússia e Prússia, com eficiente apoio da França de Carlos X. A tudo isso, a notícia do golpe de 30 de abril de 1824 (aclamação do príncipe D. Miguel pelas tropas da guarnição de Lisboa) deu novo crédito ao que se falava sobre uma intervenção armada contra o Brasil. Entendendo-se bem, a abrilada inaugurava uma política exterior portuguesa dura; não seria exagero prever a invasão do Brasil⁴⁰.

Porto aberto a navios que faziam a travessia Lisboa-Recife-Salvador em 30/37 dias, não é de surpreender que a 26 de maio tenha chegado à Bahia o brigue norte-americano Alfred com a notícia de já se encontrarem prontas para a ação em Lisboa as naus D. João VI, Rainha e D. Sebastião, mais algumas fragatas e brigues. Sairiam para invadir o Brasil e trariam uma expedição de 10 mil homens. Prevendo que tentariam desembarcar na Bahia, o presidente Vianna advertiu o governo imperial⁴¹.

Depois do Alfred, atracou o brigue inglês Rebeca e confirmou a concentração de navios de guerra portugueses no porto de Lisboa. Entretanto, prudente, Grito da Razão preferiu colocar em dúvida a possibilidade real da invasão e destacou que as conhecidas dificuldades econômicas e políticas de Portugal não permitiam que se decidisse por uma empreitada de guerra como a intervenção militar no Brasil. Ainda assim, o jornal pediu vigilância e sugeriu providências, algumas das quais listou: recuperação imediata da fortaleza de São Lourenço, na ilha de Itaparica, "chave de todo o Recôncavo"; engenheiros militares; avaliação e recuperação das fortificações que defendiam a cidade do Salvador⁴².

UNIÃO CONTRA A INVASÃO. Na tensa expectativa que essas notícias de invasão do Brasil abriu, o presidente Vianna convocou "hum Conselho Provincial" para examinar a ameaça e adotar medidas de defesa. Em seguida, nomeou uma comissão composta de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, desembargador Antonio da Silva Telles, tenente-coronel Manoel Ignácio da Cunha Menezes, José Lino Coutinho, desembargador Luiz Paulo de Araújo Bastos, clérigo Francisco Agostinho Gomes e cônego José Ribeiro Soares da Rocha. Comissão ilustrativa das circunstâncias, mistura um liberal identificado e até suspeito de ligações e compromissos com o governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, o clérigo Francisco Agostinho Gomes, e outro não menos "suspeito", José Lino Coutinho, com homens da confiança direta do presidente Vianna.

Ao mesmo tempo que o presidente Vianna convocava "hum Conselho Provincial" e nomeava uma comissão, surgiu nos quartéis uma comissão militar igualmente destinada a cuidar da defesa. É expressivo que fosse presidida pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira e tivesse

como secretário o major Joaquim Satyro da Cunha⁴³. Não obstante, essas comissões nada fizeram. Em verdade, uma e outra atropelaram-se com sucessivas reuniões, sendo que a comissão nomeada pelo presidente Vianna chegou a 40 membros e definiu-se com as mais diversas atribuições. A propósito, Grito da Razão advertiu que ela já passara "dos limites de hum Conselho" e já adotava comportamento de assembleia legislativa⁴⁴.

DECISÕES DO PODER CENTRAL DÃO NOVA PERSPECTIVA AO GOVERNO

NO DE PERNAMBUCO. Enquanto isso, justificando sua decisão com a necessidade de concentrar forças navais na capital do império, o Governo de Pedro I chamou para o Rio de Janeiro a esquadra (!) que bloqueava o Recife⁴⁵. Por conseguinte, as repetidas notícias da próxima invasão do Brasil encontravam o governo imperial retirando forças de uma parte do território brasileiro que se considerava mais diretamente ameaçado: Pernambuco. Houve então um instante histórico em que a posição de resistência de Pernambuco ao poder central ganhou novas expectativas. Conquanto rápida, configurou-se a possibilidade das províncias do Nordeste somarem suas desconfianças e ressentimentos e se separarem realmente do Rio de Janeiro. Entretanto, como se sabe, não foi o que se efetivou. E de modo decisivo, porque a Bahia não aderiu à Confederação proclamada em Pernambuco a 2 de julho de 1824.

CONFEDERAÇÃO E HOSTILIDADE DO GOVERNO DA BAHIA. Suspenso o bloqueio do Recife, Manoel de Carvalho Paes de Andrade divulgou o manifesto da Confederação do Equador, união de seis províncias (não as nominou) que iriam estabelecer seu governo "debaixo do melhor de todos os sistemas — o Representativo", que seria: "Um centro em lugar escolhido pelos votos dos nossos representantes" dando "vitalidade e movimento a todo o nosso corpo social: cada Estado terá o seu respectivo centro; e cada um desses centros formando um anel de grande cadeia que nos tornará invencíveis"⁴⁶.

Impressionado com as possibilidades da Confederação assim proclamada, o cônsul Guinebaud transmitiu as suas apreensões: "o Presidente rebelde triunfa; o Imperador deu uma prova decisiva de incompetência"⁴⁷. Entretanto, ocorriam mais dois episódios nos quais o governo de Francisco Vicente Vianna marcava sua hostilidade ao movimento pernambucano-cearense. Um desses foi a remessa de João Metrovich, João Guilherme Ratcliffe e Joaquim da Silva Loureiro para o Rio de Janeiro, como prisioneiros acusados de ação de guerra em Porto das Pedras, onde apareceram comandando um brigue e uma corveta, em busca de alimentos para o Recife. Capturados por uma corveta da marinha imperial, foram conduzidos presos para a Bahia. O outro episódio foi a descoberta de proclamações e emissários de Pernambuco, desembarcados pelo navio Goadiana. Numa ocasião e outra, o presidente Vianna agiu com rapidez e vigor. No primeiro, decidiu enviar Metrovich, Ratcliffe e Loureiro para o Rio, acompanhados de correes

pondência intrigante e severa em acusações. Até incluiu a descrição de uma "bandeira da Confederação do Equador" que em verdade jamais foi localizada⁴⁸. Mas as suas cartas e ofícios também serviram para que Metrovich, Ratcliffe e Loureiro fossem condenados à morte sem qualquer julgamento, não obstante a defesa que deles fez o advogado escolhido pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro⁴⁹.

Quanto aos desembarcados do Goadiana, foram presos e processados na Bahia. Dois deles, "reos pronunciados em o summario" que o presidente Vianna ordenara, conseguiram fugir "em pacote inglês" e chegar em Pernambuco avisando que a Bahia "não se confederava"⁵⁰. Segundo o autor anônimo da *Memoria Descritiva*..., "a este tempo" Inocêncio da Rocha Galvão alcançou a direção de um dos clubes republicanos existentes na cidade do Salvador e lhe imprimiu orientação "radical"⁵¹. É possível que essa informação da *Memoria* corresponda às notícias de um levante armado para 29 de junho nos quartéis do corpo de artilharia (forte de São Pedro) e do batalhão dos *Periquitos*. Estão nas cartas do cônsul Guinebaud e nos ofícios do presidente Vianna.

LEVANTE FRUSTRADO. O cônsul Guinebaud relatou para a França que tinha ocorrido "uma conspiração urdida pelos chefes militares de dois batalhões da guarnição". Com algum exagero, escreveu: "a intenção dos facciosos era de apoderarem-se do presidente e do general das armas, de derrubar o governo imperial e de se declararem a favor de Pernambuco e do sistema republicano"⁵². Por sua vez, o presidente Vianna informou ao governo imperial que a 28 de junho "forão assoalhados movimentos sinistros à ordem estabelecida", mas que tinham sido desarmados pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira. Para isso, colocara a tropa de prontidão e visitara pessoalmente os quartéis do 1º e do 2º batalhões. Rondara também os da artilharia e do 3º batalhão (*Periquitos*). Mas em todos encontrara os soldados em perfeita "subordinação"⁵³. Dessa forma, ao contrário de sedição ou levante, o que aconteceu no dia 29 foi uma demonstração "de fidelidade e subordinação" dos comandantes do corpo de artilharia e do 3º batalhão: "compareceram ao Quartel do General das Armas a fazer protestos de fidelidade e subordinação"⁵⁴.

AFASTADO O PERIGO DE INVASÃO. De outra parte, a Bahia deixou de acreditar numa invasão franco-portuguesa.

Portugal regressara, de fato, à monarquia absoluta, mas a linha política da abrilada não prevalecera. Com efeito, dez dias depois do golpe miguelista, a intervenção da Inglaterra transferiu o hesitante rei D. João VI para uma nau de sua esquadra na foz do rio Tejo. Foi dessa posição ambígua que D. João VI recompôs sua autoridade, nisso incluindo a retirada de D. Miguel para Viena, de onde todavia voltou em 1828 para ser o rei absoluto que os grandes proprietários portugueses desejavam. Contudo, a política exterior mais fechada do absolutismo português fora derrotada — e o que se instalou

realmente naqueles dias finais de maio de 1824 em Portugal foi o comando, a tutela mais aberta e direta da diplomacia inglesa na política externa de Portugal. Por conseguinte, nenhum navio de guerra saiu de Lisboa contra o Brasil.

Deixando os planos da invasão, o governo de D. João VI passou a considerar alternativas que permitissem um relacionamento aceitável entre Portugal e sua antiga colônia, além do mais agora um país cujo imperador era o herdeiro presuntivo da coroa portuguesa. O que Portugal devia fazer, portanto, era fortalecer D. Pedro I, pois ele representava a continuidade monárquica. Ademais, a diplomacia portuguesa aceitou a ponderação da Inglaterra, referente a se afastar da França e da Áustria. Havia então uma redivisão econômica do mundo, para a qual os Estados Unidos da América emergiam com a doutrina Monroe⁵⁵.

Ao menos fortalecido por tais circunstâncias do quadro externo, o governo de Pedro I decidiu-se pela ofensiva contra o governo de Pernambuco.

O GOVERNO CENTRAL DECIDE PELA OFENSIVA. Já em fins de julho, o governo imperial mandou embarcar para o Nordeste 4 batalhões, artilharia e um esquadrão de cavalaria, sob o comando do brigadeiro Francisco de Lima e Silva; o comando da força naval coube a Lorde Cochrane.

Adotando uma ofensiva política em que vacilara antes, o governo central suspendeu a Constituição de 1824 para o Nordeste, nos artigos referentes as garantias, restrição que se estendeu também à Bahia em novembro. Ao mesmo tempo, criou as comissões militares que depois exerceram brutal repressão em Pernambuco, Ceará e Bahia⁵⁶.

LONDRES NEGOCIA O RECONHECIMENTO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Mais uma vez pelos navios que procuravam o seu porto, e por cartas enviadas da Inglaterra para comerciantes ingleses na cidade do Salvador, a Bahia soube das negociações que avançavam em Londres para o reconhecimento do Império do Brasil. Era mais um elemento para a descrença na anunciada invasão franco-portuguesa. Por outro lado, o governo central se fortalecia. Por conseguinte, não foram efetivadas uma só das "deliberações" do conselho convocado pelo presidente Vianna para decidir "os meios mais eficazes" para a defesa da Bahia. A propósito, o presidente Vianna escreveu para o ministro João Severina no Maciel da Costa informando que se apagara "a labareda do incêndio do odio acceso contra os Portugueses", adiantando mais que "reinava paz, e tranqüilidade na provincia"⁵⁷. Não seria totalmente verdade, pois ocorriam prisões de "facciosos", uma dessas a do cirurgião Sabino Vieira, "partidario de Carvalho", conforme o identificou *Diário do Governo* ao noticiar sua chegada ao Rio de Janeiro, preso⁵⁸.

REUNIÕES. Também ocorriam reuniões entre oficiais militares e senhores de engenho, a exemplo do "jantar" que o capitão Ma

noel José Alvares organizou em Loreto na ilha dos Frades, e que motivou o Conselho de Investigação ordenado pelo Governador das armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira. Não seria o único. Ao menos é o que se deduz das investigações realizadas pelo major Manoel Joaquim Pinto Pacca, capitão José Feliciano de Moraes Cid e tenente José Antonio Guerra. Um dos depoentes, o presbítero secular João Francisco de Menezes Dória, então com 73 anos, reconheceu ter comparecido a "hum jantar" em que estiveram os proprietários do Engenho do Meio, Francisco José de Abreo, e do Engenho das Almas, Miguel José Maria, além de Manoel Diogo de Sã Barreto e Domingos Luiz Fernandes Pacheco, senhores de engenho e oficiais de milícias. Menezes Dória não confiou que tivessem aplaudido "os revolucionários de Pernambuco", mas adiantou que vira o capitão Victor José Topázio nos fins de setembro em companhia dos capitães Alvares e Pitombo e que divulgavam notícias, chegadas "por via de hum inglez", da ocupação do Recife pelo exército imperial⁵⁹. Outro depoente ouvira dizer que o capitão Victor José Topázio "falava muito", mas "não sabia o que"⁶⁰.

De outro ponto do recôncavo, a vila de Maragogipe, o tenente-coronel José da Silva Freire escreveu para o governador das armas, relatando que o capitão Victor José Topázio e o capitão das ordenanças daquela vila, José Godinho da Silva, "espalhavam a horrenda voz da Republica"⁶¹. Pode-se concluir que seriam conversas a respeito do excessivo poder do governo central. É o que deduzo de longa carta que o proprietário e tenente-coronel da 2a. linha, Rodrigo Antonio Falcão Brandão, escreveu a 29 de dezembro ao presidente Vianna, repelindo acusações e insistindo no reconhecimento dos serviços prestados à ordem imperial logo que soubera dos acontecimentos de 25 de outubro na cidade do Salvador⁶².

O CORONEL FELISBERTO DEMITE JOSÉ ANTONIO DA SILVA CASTRO Entendido com o presidente Vianna, a 18 de outubro o coronel Felisberto Gomes Caldeira comunicou-lhe já haver ordenado a prisão do capitão Victor José Topázio⁶³. Alguns dias depois, a 21, chamou José Antonio da Silva Castro ao quartel-general e lhe transmitiu que fora convocado para se apresentar ao imperador no Rio de Janeiro, devendo embarcar o mais urgentemente possível.

Como se sabe, Silva Castro aceitou a ordem sem a menor resistência, e sem protesto escutou que já estava nomeado para substituí-lo no comando do 3º batalhão o major Manoel Joaquim Pinto Pacca. Essa preferência por um militar "do outro lado" podia indicar a próxima desmobilização dos Periquitos, a rebaixa de patente de muitos oficiais do 3º e 4º batalhões, e do corpo de artilharia, como também a possível dispensa de outros oficiais, que passariam em seguida "a simples paizanos". Foi na expectativa dessas decisões que a 23 e 24 de outubro "apareceram nas esquinas pasquins incendiários" (...) "figurando a patria em perigo"⁶⁴. E é nessa seqüência que ocorre o levante dos Periquitos⁶⁵.

2 O LEVANTE DE 25 DE OUTUBRO

A MORTE DO CORONEL FELISBERTO GOMES CALDEIRA. Às cinco para as seis horas da manhã de 25 de outubro, soldados da 2a. e 4a. companhias dos Periquitos deixaram o convento de São Bento, onde o 3º batalhão estava aquartelado há mais de um ano, e se dirigiram para a residência do governador das armas, a Ladeira do Berquó⁶⁶. Comandava-os o capitão Francisco Macário Leopoldo e os alferes "da classe dos paizanos" Jacintho Soares de Mello e José Pio do Amaral Gurgel⁶⁷.

Logo que saíram de São Bento, os soldados foram divididos em dois grupos. O grupo comandado pelo capitão Macário subiu a rua da Ajuda e cercou o antigo palacete Berquó pela parte de cima, a partir da rua dos Capitães. O outro desceu a Barroquinha e fechou a saída pelos fundos, o quintal do palacete, onde havia mato alto capaz de esconder mais de uma pessoa; serviu para encobrir alguns soldados. Naquela hora, o coronel "apenas adormecia", informa José Bonifácio Caldeira de Andrade na memória que escreveu para a sua família⁶⁸. É igualmente Caldeira de Andrade quem esclarece que o governador das armas estivera jogando voltarete até quatro horas da madrugada.

Houve um toque de corneta e um tiro⁶⁹. Estranhamente, não existia sentinela guardando a residência da maior autoridade militar da província. A senhora que morava com o coronel, e com quem ele tinha duas filhas (não se esclarece se era casada com Felisberto) ao escutar o tiro, abriu uma das janelas e viu a casa cercada. Imediatamente chamou o coronel. Vestindo-se, o governador das armas apareceu numa janela e indagou: - *Que pretendem? Vozes gritadas responderam: - Não queremos Pinto Pacca para nos comandar. Queremos o nosso comandante José Antonio da Silva Castro, que V. Excia. manda para o Rio de Janeiro.* O coronel retrucou: - *Não pode ser, porquanto é chamado ao Rio de Janeiro por ordem de Sua Majestade Imperial.* E ordenou: - *Mas vão buscá-lo, porque com elle me haverei.* Uma voz isolada gritou: - *Morra Felisberto!* Ocorreram então os primeiros disparos, que o atingiram levemente na cabeça.

Os alferes Jacintho e Gurgel entraram pela porta dos fundos e subiram as escadas que levavam ao andar em que estavam os aposentos íntimos do coronel. O governador das armas lhes apareceu fardado. Recuaram os alferes e os soldados que os acompanhavam, conforme narram Grito da Razão e Memória Descritiva... Alcançando, porém, os últimos degraus da escada, o alferes Jacintho deu-lhe voz de prisão. O coronel Felisberto perguntou "a ordem de quem". E voltou a ordenar: - *Vã chamar José Antonio da Silva Castro.* Obedecendo, o alferes desceu a escada, saiu do palacete pela porta principal e foi consultar o capitão Macário, "que estava duzentos passos distantes do quartel-general"⁷⁰. Não demorou para regressar. E de novo repetiu a ordem de prisão. De acordo com a versão de Caldeira de Andrade, teria acrescentado que o prendia "em nome do Imperador, como traidor à Patria"⁷¹. A isso, Felisberto ponderou "que duvida alguma tinha em

ir preso para o quartel do 3º batalhão, com tanto que elle lhe desse a sua palavra de honra de o livrar de todo, e qualquer insulto, que os Soldados lhe podessem fazer", segundo narrativa de *Grito da Razão*, que registra nessa altura o disparo que atingiu o coronel Felisberto na virilha. Dessa forma, novamente ferido, e agora mais seriamente, Felisberto segurou o alferes Gurgel e o derrubou. "Foi quando o corneta tocou avançar", relata *Memoria Descritiva*... "Em tropel", informa *Grito da Razão* que entraram em seguida na casa soldados que a cercavam na Ladeira do Berquão, e deles partiu o tiro que matou o governador das armas, pois o alcançou no coração. A esse tiro seguiram-se outros, que também o atingiram..

Na versão da *Memoria Descritiva*..., o autor do tiro mortal foi o cadete Francisco Peixoto de Miranda Veras. Lê-se: "encostando-lhe a boca d'armas no peito, cravou-lhe no coração o tiro"⁷². Braz do Amaral aceitou que assim tenha acontecido⁷³. Ao que parece, desconheceu o processo do juri a que se submeteu Francisco Peixoto de Miranda Veras anos depois (1834), e que o inocentou, valendo em sua defesa o que fora alegado no manifesto dos oficiais menores do 3º e 4º batalhões e do corpo de artilharia: os soldados dispararam ao ver o coronel armado com duas pistolas e em luta com o alferes Gurgel⁷⁴. A luta entre o coronel e o alferes está igualmente registrada em *Grito da Razão*: "Felisberto já não podendo-se conter, feriu do mesmo, como estava, se avança a este malvado, e insubordinado oficial, e agarrando-o lhe dá alguns tombo". Linhas adiante, continua: "vem hum tiro, o qual se lhe empregou no peito"⁷⁵.

Redigido no sangrento ano de 1825, ano duplamente marcado pela repressão imperial e pela conspiração que pretendia fazer de Pedro I rei absoluto (ele o era de fato, mas sempre havia a Constituição...) o autor desconhecido da *Memoria Descritiva*... elaborou um texto altamente intrigante com o que denominou de "facção demagógica da provincia da Bahia". Entendo que se referiu principalmente aos partidários da monarquia constitucional representativa, mas os confundiu de propósito com os contados republicanos e federativistas simpáticos ao movimento pernambucano existentes na Bahia. Em particular, foi mais que hostil, porque inimigo, do major José Antonio da Silva Castro, a quem responsabilizou pelo assassinato do coronel Felisberto Gomes Caldeira e pelos acontecimentos do dia 25 de outubro e seguintes. Ao lado de Silva Castro colocou os clubs que atuavam na cidade do Salvador, clubs de real existência histórica, mas a respeito dos quais não ficou qualquer documentação específica.

Pois bem: repetindo a *Memoria Descritiva*..., alguns autores passaram a transmitir que foi no club da casa de Innocência da Rocha Galvão que se decidiu a ação contra o coronel Felisberto Gomes Caldeira; um desses autores é Braz do Amaral.

O CLUB DA CASA DE ROCHA GALVÃO E O LEVANTE. Não contes to a existência dos clubs, nem que eram frequentes naqueles meses de 1824, como indica Accioly; e ativos, conforme se deduz de outra informação da *Memoria Descritiva*..., a de que aconteceu uma simulação

de "ajuntamento no Rio Vermelho" na noite de 24 de outubro para desviar a atenção das autoridades do club que realmente se localizava na casa de Rocha Galvão, na rua das Mercês, próximo, portanto, do forte de São Pedro, e do qual participaram oficiais subalternos do 3º e 4º batalhões e do corpo de artilharia, "com alguns cadetes de mistura"⁷⁶. Esse club se demorou até a madrugada de 25. Aceitando as versões da *Memoria Descritiva*..., Amaral a repetiu também no que publicou a respeito do club na casa de Innocência, e até a ampliou ao estabelecer que ali se decidiu "o attentado". Não fica muito claro se classifica como "attentado" a invasão da residência do governador das armas ou a sua morte (assassinato, como prefere). Mas deve estar se referindo a assassinato, pois é assim que o autor da *História da Bahia do Império à República* caracteriza a morte do coronel Felisberto⁷⁷.

De minha parte, aceito o risco de pensar que não é excessivo de condescendência para com o autor ou autores, responsável ou responsáveis, por esse ato brutal, concluir que o coronel foi morto na seqüência do pânico em que caíram os soldados ao vê-lo resistir à ordem de prisão entrando em luta corporal com o alferes Gurgel. O que não me parece certo é a conclusão segundo a qual os soldados e os alferes já invadiram o palacete Berquão com o propósito de assassinar o governador das armas. É a que está na *Memoria Descritiva*... e nos autores que a repetiram. Para que se tenha, contudo, outro entendimento do episódio; para se chegar, enfim, a novos elementos para a inteligência dos motivos do ataque à residência do governador das armas, e do quanto ali aconteceu, inclusive sua morte, devo abrir um parentese neste relato para informar o que se sabe a respeito do coronel Felisberto Gomes Caldeira. Sua biografia participa de sua morte.

FELISBERTO GOMES CALDEIRA. Filho de Serro Frio, Minas Gerais, Felisberto Gomes Caldeira "sentou praça de cadete aos 16 anos no regimento de artilharia de sua provincia e foi escolhido para acompanhar o naturalista José Vieira Couto numa expedição ao interior"⁷⁸. Veio depois para a Bahia com o empreendimento de uma estrada ligando Minas Gerais ao porto dos Ilhéus. Em 1816 já se encontrava na cidade do Salvador, na posição de adido ao estado maior do corpo militar regular, com a patente de major, da qual passou a tenente um ano após, essas melhorias rápidas acontecendo por uma possível influência do primo distante, mas de prestígio, o general e rico comerciante Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquês de Barbacena. Era o ano de 1817, de muitos perigos e suspeitas para um jovem oficial brasileiro, por causa da revolução de 6 de março no Recife. Avisado, o governador da Bahia, D. Marcos de Noronha e Britto, 6º conde dos Arcos, tornou-se mais vigilante com os militares brasileiros, muitos deles denunciados pelos encontros e conversas que teriam mantido com o revolucionário pernambucano Domingos José Martins quando da sua última estada na Bahia.

Conquanto sem maior base, repete-se que Felisberto esta

va entre os oficiais ameaçados de repressão pelo governador. Verdade ou não, o fato é que foi convenientemente afastado da cidade e manda do instalar um trem (arsenal) em São Francisco do Conde. Quase em seguida, passou a organizar e exercitar as tropas regulares e de milícias daquela área (São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Iguape e Cachoeira), ocasião em que conheceu e se relacionou com diversos proprietários. Voltou para a cidade do Salvador em 1821, só não havendo certeza se antes ou depois da adesão da Bahia à revolução liberal-constitucional em Portugal. Talvez antes. Mas se há dúvida a esse respeito, não há quanto à sua participação na tentativa de deposição do Governo Provisório aclamado no dia 10 de fevereiro de 1821. Realmente, ele se compôs no pequeno grupo de militares e civis que a 3 de novembro daquele ano subiu a Ladeira da Praça e invadiu o palácio para depor o governo presidido pelo antigo Intendente do Ouro, Luiz Manoel de Moura Cabral — governo ao qual acusavam de ter informado ao rei D. João VI que a Bahia se desligava do reino do Brasil para se unir ao de Portugal; de ter fraudado o censo da população de Sergipe com a intenção de reduzir a bancada dessa província nas Cortes de Lisboa; e de ser corrupto e arbitrário⁷⁹. Mas essa manifestação fracassou. De fato, agindo com rapidez, o governo conseguiu mobilizar a Cavalaria e uma parte da Legião Constitucional, que ocuparam a praça e as ruas Direita e da Misericórdia, assim dispersando os manifestantes que gritavam: "Viva a Religião! Viva a Constituição! Vivão as Cortes! Viva Elrei! Vivão os nossos irmãos de Portugal! Abaixo os actuaes Governadores!"⁸⁰. Preso com os demais, igualmente com os companheiros Felisberto foi enviado para Lisboa, aonde esteve encarcerado na fortaleza do Limoeiro até que o julgaram e o libertaram em abril de 1822. Regressando em seguida para a Bahia, já desembarcou na cidade do Salvador ocupada pelo exército português. Apresentou-se, porém, ao brigadeiro Ignácio Luiz Madeira de Mello, a quem requereu o pagamento dos soldos atrasados, segundo informa Caldeira de Andrade⁸¹. Mas não demorou a fugir para o recôncavo, onde se ligou ao movimento pelo reconhecimento da autoridade do príncipe, afinal aclamado a 25 de junho na vila da Cachoeira.

Militar profissional, além do mais conhecedor da região, Felisberto se ocupou em seguida com a organização e disciplina do pouco que existia de tropas regulares, e com as defesas, algumas consertadas ou construídas sob a sua orientação. Quando o general Labatut se apresentou nomeado comandante do Exército enviado pelo príncipe D. Pedro, aceitou-o e se submeteu à sua autoridade. Coube-lhe então o comando da Divisão da esquerda, com a responsabilidade de fechar a comunicação por terra entre a cidade do Salvador e Itapuã, Monte Gordo e Assú da Torre. A 8 de novembro, seus comandados e ele próprio tiveram participação no combate que se convencionou denominar **Batalha de Pirajá**⁸². Naquela ocasião teria enfrentado, com apenas 100 homens, uma força portuguesa superior em armas e soldados. Conseguiu esse feito reunindo-os e avançando até formar com os soldados e oficiais vindos de Pernambuco a linha de resistência que derrotou os portugueses⁸³.

Após esse batismo de fogo, Felisberto estabeleceu maior relacionamento com oficiais militares pernambucanos e fluminenses que tinham restrições ao comando de Labatut desde que o exército saíra do Rio de Janeiro. Não escondiam o desagrado com que recebiam aquele comandante estrangeiro, pois estavam certos que o comando devia pertencer a um brasileiro. Alguns outros pensavam que a aclamação do príncipe como imperador devia exigir antes compromisso com a Constituição que a Assembléia Constituinte ia elaborar. Contudo, penso que nada autoriza afirmar que eram republicanos e federativistas. Nada obstante, não será demais intuir que formavam no movimento liberal-constitucional que foi severamente combatido e perseguido pelo ministro José Bonifácio em novembro-dezembro de 1822⁸⁴.

Na Bahia, informado das conversas e reuniões desses oficiais, Labatut decidiu tomar a iniciativa de prender o oficial que lhe parecia o mais perigoso: Felisberto Gomes Caldeira. Na manhã de 19 de maio, convocou-o ao quartel de Barros Falcão, e quando ele se apresentou, ordenou sua prisão na fortaleza de São Lourenço, na ilha de Itaparica⁸⁵. Também ordenou outras prisões e assinou ordens mudando os comandos, ações nas quais vejo uma tentativa para empolgar todo o exército, colocando-o assim mais submisso e obediente ao imperador D. Pedro. Distanciando-me, dessa maneira, de Accioly e Amaral, ao contrário desses autores, penso que Labatut procurou afirmar pela força uma autoridade na qual esteve insistindo desde que alcançou a Bahia — a de ser o único e mais direto representante do imperador na província, ele, que se apresentou ao Conselho Interino (Cachoeira) afirmando possuir instruções secretas ditadas pessoalmente pelo imperador.

Observo mais que naquele maio de 1823 a Assembléia Constituinte afinal se reunia no Rio de Janeiro, não obstante as ameaças e limitações formuladas pelo imperador. Em verdade, além da guerra pela independência estava em causa a questão do Estado que se formava para o Brasil soberano. Por conseguinte, as províncias também questionavam a obediência e submissão ao poder central que já atuava no Rio de Janeiro, um Rio de Janeiro todavia distante da maioria delas como antes estivera Lisboa. Considerando esses aspectos, é que localizo em quadro mais amplo: a ação dos oficiais que depuseram e prenderam Labatut — um quadro em que o centralismo era apenas possível, mas se ampliava, e no qual o regime político permanecia indefinido, mas tendia para a monarquia constitucional, conquanto se mantivesse a ameaça de retorno ao absolutismo. Esses oficiais "indisciplinados" que depuseram e prenderam Labatut seriam aqueles que se opunham a qualquer esboço de despotismo. Por tudo isso, não somente não aceitaram a prisão de Felisberto como temeram as mudanças nos comandos da tropa. Decidiram, portanto, depor Labatut do comando do exército, prendê-lo e libertar Felisberto, aclamando também um novo comandante — ações sucessivas desfechadas sem consulta ao poder central. Em todas elas os majores José Antonio da Silva Castro e Joaquim Satyro da Cunha tiveram atuação decisiva⁸⁶.

É necessário notar que depois de aclamado novo comandante

te do exército, o coronel José Joaquim de Lima e Silva o reorganizou, um fato importante, mas cuja análise escapa deste trabalho. Coube então a Felisberto o comando da 2a. Divisão, que ficou responsável pela área de Itapuã, Boca do Rio e Armação. A 3 de junho ele dividiu suas quatro brigadas, batalhões e companhias, em duas colunas, e de acordo com um plano geral de ofensiva, atacou os portugueses em Brotas e Rio Vermelho. É a última notícia que se tem de participação sua em combate⁸⁷. Em seguida já está na ocupação da cidade do Salvador livre do exército de Madeira de Mello, a 2 de julho. Dias depois (7 de julho) assinou a proclamação do governo provisório, do qual fazia parte, e que se deslocara de Cachoeira logo que se informara da retirada do exército português⁸⁸. Presidido por Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, e composto de proprietários no recôncavo, esse governo chegava com a disposição de ficar e exercer a administração da província da Bahia, mas só conheceu dificuldades. Com efeito, desde logo teve que dividir o seu poder com o do comandante do exército, coronel Lima e Silva, este, mais direto e ativo, como se exemplifica com o episódio do confisco de recursos do comércio para a alimentação da tropa faminta⁸⁹. Enquanto isso, mal soube, no Rio, da deposição de Labatut, o imperador nomeou para substituí-lo o brigadeiro José Manoel de Moraes. Chegou ele à Bahia nos últimos dias de julho, mas teve sua posse vetada pelos comandantes dos corpos de 1a. linha, que exigiram a manutenção de Lima e Silva.

Julga Accioly que partiu de Felisberto a iniciativa de reuni-los. A propósito, escreve: "Semelhante exigência era fundamentada indiretamente pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, que almejou empolgar o comando das armas"⁹⁰. Tratando-se de episódio que não pode ser explicado só e só como manobra de um homem ambicioso, por quanto é bastante mais complexo, Accioly e outros autores parecem ter, contudo, suas suposições confirmadas com o 9 de outubro, dia e mês em que Felisberto foi aclamado comandante das armas em decorrência do pedido de demissão do coronel Lima e Silva. Mas não devemos esquecer que a situação é diversa da de julho. De fato, a autoridade do comandante terminara se desgastando nos choques entre soldados das tropas regulares e dos batalhões milicianos que ele acreditou exterminar dissolvendo o exército que fizera a campanha da independência, e assim contrariando oficiais e soldados que antes esperavam incorporação na 1a. linha. Nessas circunstâncias, Felisberto se tornou em outubro um denominador de união e confiança, para o que concorreram a sua condição de membro do governo provisório, de coronel regular e de comandante de batalhões que tinham feito a guerra e eram próximos dos proprietários do recôncavo. Por isso mesmo, como acentua o próprio Accioly, com a sua aclamação "desapareceu todo o receio de comção política, que até então tanto havia posto os animos em flutuação"⁹¹.

O governo provisório chegou a se sentir mais fortalecido. É ilustrativo que três dias após o 9 de outubro, a data do aniversário de D. Pedro tenha sido comemorada festivamente na cidade do Salvador e vilas do recôncavo. Eram festas que desmentiam a conspi-

ração republicana temida pelo coronel Lima e Silva e mostravam os baianos unidos ao imperador. Na ocasião, houve solene parada militar e Te Deum. À noite, levou-se ao palco o drama *Gratidão da Bahia*, de Bernardino Ferreira Nóbrega, e os poetas José Estanislão Vieira e João Gualberto Ferreira dos Santos Reis declamaram poemas patrióticos. No prédio da Câmara, a imagem do imperador brilhou iluminada, assim permanecendo durante muitos dias.

No ato seguinte, o governo inspirou a comemoração do primeiro aniversário do combate de Pirajá (8 de novembro), para o que formou uma comissão militar da qual participou o major Joaquim Satyro da Cunha⁹². Assim buscava o equilíbrio ou controle de batalhões regulares e milicianos que viviam em choque na província recém-saída da guerra — forças cujos oficiais e soldados ainda estavam inseguros, não sabiam de "sua efetividade"⁹³. Não podiam saber que novos acontecimentos se desdobravam no Rio de Janeiro — a dissolução da Assembleia Constituinte — e que a decisão unitarista do poder central ia nomear um presidente para a província da Bahia sem consultá-los antes. Contudo, o mesmo governo imperial que nomeou Vianna confirmou no governo das armas o coronel aclamado por militares regulares e de milícias que se desafiavam nas ruas. Era uma nova ambigüidade, mas que não podia deixar de ter as suas conseqüências, como acentuariam os seus antigos camaradas nas acusações amargas que lhe fizeram depois de sua morte, uma das quais foi essa: "alucinado com o posto a que se via elevado, considerava todos os cidadãos como vis escravos"⁹⁴. Optando pela ordem monárquica representada no imperador, concluiu que Felisberto foi se distanciando cada vez mais dos oficiais liberais que nele acreditaram ao menos até a comissão militar formada para tomar providências de defesa e luta no caso da Bahia ser invadida pelos portugueses.

Depois ele passou a ser considerado "soberbo e arrogante", "genio orgulhoso e vingativo", "astuto em manejar a intriga"; ele, governador das armas, que "admitia denúncias secretas", "infamava na ordem do dia qualquer official" e "distribuía premios com desigualdade", de modo que "nenhum official sabe de sua efetividade", um ponto realmente sensível em todo esse episódio do levante dos *Periquitos*, 39 batalhão dos caçadores da Bahia⁹⁵. Mas fosse qual fosse o objetivo pretendido com o levante da manhã de 25, não será difícil concluir que a morte de Felisberto o desorganizou, tirando-lhe força política e iniciativa. De certa forma, é o sentimento que está no *Grito da Razão*, ao escrever que o redator não era "amigo" de Felisberto; que até tinha "alguns motivos de escândalo contra elle", mas que com a sua morte modificava antigas diferenças⁹⁶.

MOVIMENTO SEM COMANDO. Desde logo se estabeleceu uma grande confusão e falta de comando, de nada valendo o fato de Rocha Galvão ter se deslocado naquele mesmo amanhecer para o forte de São Pedro. Morto Felisberto, abandonaram às pressas o quartel-general e o corpo do coronel governador das armas. Guinebaud relata que "o Ba-

talhão" (...) "mandou embora seu novo chefe, restabeleceu José Antonio na sua chefia e foi ter com suas armas no forte de São Pedro"⁹⁷. Mas há outras fontes que nos leva a concluir que não foi exatamente assim. Accioly, por exemplo, relata que Silva Castro foi acordado em sua residência por soldados e oficiais inferiores do seu batalhão que lhe informaram o levante e a morte do coronel Felisberto. Essas notícias o deixam na maior surpresa e vacilação. Longe de um vitorioso, mostra-se temeroso em aceitar o comando que lhe devolviam. Tanto não se comporta como participante do movimento que foi ainda de casa que escreveu e dirigiu duas cartas ao presidente da província, uma delas escrita num pedaço de papel rasgado de outro maior. Solicitava ao presidente que nomeasse novo comandante para o 3º batalhão: ele não queria o comando que lhe entregavam daquela maneira. Escreveu muito claro: "nada delibero sem ordem ou parecer de V.Exa., porque quero em tudo obedecer às ordens de V.Exa."⁹⁸. Essa situação corresponde de ao que o presidente Vianna escreveu ao ministro Maciel da Costa sobre o que aconteceu naquele início da manhã de 25. Ele narra que soube do levante e da morte de Felisberto pelo ofício de Silva Castro. Ouvindo, então, movimento na rua, chegou à janela de sua casa na rua de São Pedro e viu Silva Castro cercado por "hum cordão de soldados". Ordenou-lhe então que retomasse o comando e levasse "todos os soldados para o quartel"⁹⁹.

Sem exercer o comando, Silva Castro foi empurrado por soldados e oficiais inferiores do 3º batalhão para o forte de São Pedro, que se rebelara sob a liderança do ex-comandante da artilharia a quem Felisberto demitira dias antes, o coronel Joaquim José Rodrigues. Esse forte de São Pedro e seu corpo de artilharia estão passando para o centro dos acontecimentos. E nele está Innocencio da Rocha Galvão¹⁰⁰. Os soldados e oficiais do 3º batalhão, e parte do 4º (o batalhão dos Pitangas) uniram-se aos insurretos da artilharia em busca de melhor defesa para as hostilidades que já esperavam do 1º e 2º batalhões, parte daquele exército irregular e indisciplinado que Guinébaud classificou ser "dos brancos", uma observação que não se pode perder, sobretudo à vista do consil francês só se referir ao 3º e 4º batalhões como "de negros e mulatos"¹⁰¹.

DIVISÃO DO EXÉRCITO E PÂNICO NA CIDADE. Informados do levante, os comandantes do 1º e 2º batalhões, majores José Leite Pacheco e Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, deixaram rapidamente o campo de São Pedro onde exercitavam os seus soldados, e foram para o quartel da Palma. A eles se uniu um oficial de maior patente que a deles, o major Francisco da Costa Branco, que acabava de ser destituído do comando do 4º batalhão, cujos soldados deixaram seus postos de sentinelas e guardas (esse batalhão exercia a polícia da cidade) ao saberem da morte de Felisberto. Uniram-se então aos Periquitos e também foram para o forte de São Pedro.

Todos os quartéis tocavam rebate. A cidade acordara sob notícias alarmantes: "O Quartel General está cercado! Felisberto he

morto! Os Periquitos, Pitangas e Artilharia estão reunidos no forte de São Pedro, e querem atacar os mais batalhões, porque com elles não se unirão!"¹⁰². Havia a expectativa de luta imediata entre o 1º e 2º batalhões e os batalhões em armas.

Fechadas e silenciosas, as residências não abriram, cada qual transformada no abrigo que a Constituição de 25 de março garantia... Temerosas, contudo, algumas famílias se dirigiram para embarcações surtas no porto. Enquanto isso, com os açougues, as quitandas, as lojas e as tabernas de portas cerradas, a cidade começou o dia sem comércio. Nas ruas vazias de civis só passavam correndo soldados e oficiais a cavalo. Entretanto, ocupando, com o batalhão mineiro que comandava, uma parte do quartel de São Bento, José de São Bittencourt e Camara tomou a iniciativa de enviar uma guarda de 60 homens para a casa do presidente Vianna. Seriam oito horas da manhã. Parece que a partir desse reforço da sua guarda, Vianna saiu do imobilismo em que caíra após o comunicado de Silva Castro e decidiu convocar um Conselho Provincial, a exemplo do que já fizera na ocasião das notícias da próxima invasão armada portuguesa. Expediu, então, diversas circulares¹⁰³.

O CONSELHO DO DIA 25. Somente algumas dessas convocações foram atendidas. Como informa *Grito da Razão*, "ninguém ousava aparecer", vendo a cidade ocupada por soldados do 3º e do 4º batalhões e da artilharia¹⁰⁴. Mesmo assim, o conselho se reuniu e adotou decisões que terminaram frustrando grandemente os insurretos no que pretendiam unir todos os batalhões, governando uma Junta Militar com Rocha Galvão como secretário.

O conselho se instalou às 10 da manhã com o discurso do sargento-mor José Antonio da Silva Castro. Falou pouco, mas condenou "o attentado" e classificou como "insubordinados" os soldados e oficiais inferiores do seu batalhão que haviam invadido o quartel-general e morto o governador das armas¹⁰⁵. Falando em seguida, o major Joaquim José Rodrigues justificou o levante, no que foi secundado pelo major Joaquim Satyro da Cunha, que o substituiu no comando da artilharia por decisão do coronel Felisberto Gomes Caldeira. Conhecido por suas idéias liberais, mas também por suas ligações de amizade com Felisberto, Cunha surpreendeu alguns dos componentes do conselho ao declarar "que o que se havia feito naquela manhã era simplesmente hum assassinio", mas justificável, porque o governador das armas atuava como **despota** e **tyranno**¹⁰⁶.

Em esperada oposição aos majores Rodrigues e Satyro da Cunha, o tenente-coronel do batalhão de Minas Gerais, José de São Bittencourt e Camara, e os comandantes do 1º e do 2º batalhões, sargento-mor José Leite Pacheco e major Alexandre de Argollo Ferrão, condenaram o levante e exigiram punição para os seus autores ou responsáveis. "Suspeito" a uns e outros, o medico e ex-deputado à Assembléia Constituinte, José Lino Coutinho, produziu um discurso moderado, mas com o qual conseguiu que o Conselho se dirigisse para decisões que acatavam as leis e regulamentos do império. Dessa maneira,

quando os majores Rodrigues e Satyro da Cunha apresentaram o requerimento dos militares reunidos no forte de São Pedro no sentido da criação de uma Junta Militar composta de todos os comandantes dos corpos de linha, mas com Innocencio da Rocha Galvão na posição de Secretário Militar, foi fácil ao presidente Vianna afastá-la, "fazendo ver que semelhante requisição não era conforme as leis estabelecidas". Lino Coutinho o sustentou. Por fim, na ata que todos assinaram, "foi unanimemente resolvido" nomear governador das armas o brigadeiro Luiz Antonio da Fonseca Machado, por ser o oficial de maior patente na província. Imediatamente convocado, o brigadeiro Fonseca Machado também assinou a ata. E porque não se poderia ter qualquer certeza de como essas decisões seriam recebidas no forte da artilharia, o Conselho escolheu uma "deputação" para comunicá-las¹⁰⁷.

Dissolvendo-se o Conselho quase ao anoitecer, o presidente Vianna ordenou que o 3º e 4º batalhões se recolhessem ao quartel de São Bento. Foi obedecido, mas apenas por algumas horas, porque à noite correu o boato de um ataque do 1º e 2º batalhões ao quartel de São Bento, e eles voltaram para o forte de São Pedro.

Um conselho de oficiais e suboficiais insurretos reuniu-se naquele forte, com a presença e participação de Innocencio da Rocha Galvão, e examinou as decisões do Conselho convocado pelo presidente Vianna. Ao que parece na esperança de conseguir reunificar os batalhões sob o comando do governador das armas, aceitaram a nomeação do brigadeiro Fonseca Machado, que todavia lhes era hostil. Mas insistiram na indicação de Rocha Galvão para secretário militar¹⁰⁸.

O 1º E O 2º BATALHÕES DEIXAM A CIDADE. Às nove horas da manhã de 26 reuniu-se o segundo Conselho. Sombria e tensa, a reunião começou pela ata do conselho dos militares aquartelados no forte de São Pedro. Eles aceitavam a nomeação do brigadeiro Fonseca Machado, mas queriam Rocha Galvão como secretário do novo governador das armas. Foi a ata logo vetada pelos comandantes do 1º e 2º batalhões, que se opuseram também à indicação de Rocha Galvão, "por ser um dos chefes da rebelião", terminando o Conselho por decidir que tal nomeação era "de respectiva competência do mesmo governador das armas"¹⁰⁹.

Concluída essa questão, o major Silva Castro propôs "que todos os militares que existissem na capital marchassem desarmados para a praça da Piedade" e ali se confraternizassem com abraços. Também lembrou a conveniência de enviar "uma pessoa de consideração" ao Rio de Janeiro, para garantir ao imperador "que nada devia recear de mudanças no sistema politico" vigente na província. Essa proposta é mais um dado revelador da posição de Silva Castro, que continuava afirmando-se estranho ao levante, fiel ao imperador e a favor da disciplina militar. A propósito dessas propostas do "comandante" dos *Periquitos*, Accioly informa que José Lino Coutinho foi o escolhido para a missão no Rio de Janeiro, embora não fosse da vontade do presidente Vianna, que preferia o desembargador Luiz Paulo de Araújo Bastos¹¹⁰.

Conquanto misture acontecimentos da primeira reunião do

Conselho com os da segunda, ainda assim o autor anônimo da *Memoria Descritiva*... transmite informações interessantes sobre essa reunião do dia 26. É ele quem registra as falas acusativas de Argollo e Pacheco, que responderam a ata do conselho de militares e as propostas de confraternização de Silva Castro acusando os oficiais e soldados do 3º batalhão pela quebra "do socego na capital" e exigindo "a prisão dos matadores" do coronel Felisberto Gomes Caldeira. Segundo a *Memoria Descritiva*..., foi nessa altura das discussões que ocorreu um barulho na frente da residência do presidente Vianna, sabendo-se logo que resultara do choque entre os soldados que formavam a guarda de Argollo e Pacheco e *periquitos* comandados pelo alferes Moreira. Por causa disso, imediatamente os dois comandantes abandonaram o Conselho¹¹¹. Começava então um desdobramento — a saída da cidade do 1º e 2º batalhões — que surpreendeu os possíveis líderes do levante deixando-os sem iniciativas, isolados e na defensiva.

Pelo que deduzo da *Memoria Descritiva*..., Argollo e Pacheco já se apresentaram para a reunião de 26 com decisões e providências adotadas, uma dessas a ida de ajudantes de ordem do coronel Felisberto para o recôncavo, onde deviam organizar a reação ao levante do 3º batalhão. Também já haviam concertado com o cirurgião-mor do 4º batalhão, Claudio Luiz da Costa; com os capitães João Evangelista Pitada e Felisberto Caldeira Brant Pontes Filho, e com o alferes Antonio Moniz Alves Branco, que primeiro se manteriam em armas no quartel da Palma e depois abandonariam a cidade. Dessa forma, terminada a reunião do Conselho, o cirurgião Claudio Luiz da Costa e o capitão Brant Pontes Filho "tiveram uma conferência oculta" com o presidente Vianna, a quem comunicaram que o 1º e 2º batalhões iam deixar a cidade. O autor da *Memoria*... escreveu que Vianna procurou de movê-los, pedindo-lhes que tivessem um pouco mais de paciência, mas eles se mantiveram no que estavam. É tanto certo, contudo, que Vianna concordou com o plano, que soube guardar silêncio e manter disfarce.

Decidido o abandono da cidade, na madrugada de 27, o 1º e o 2º batalhões deixaram o quartel da Palma "em coluna" e seguiram por Brotas o caminho das Armações e Itapuã. Queriam alcançar a torre de Garcia D'Ávila, aonde estavam seguros de que o barão da Torre os acolheria e reforçaria com sua tropa de 2 mil milicianos. Cerca das sete para oito horas da manhã, o 2º batalhão chegou a Itapuã, só alcançado pelo 1º horas depois. Foram acolhidos por José Antonio Guimarães e pelo senhor do engenho Moçorungas, Bernadino Marques, que lhes forneceu carne seca e farinha. Dali, então, os dois comandantes escreveram para o barão da Torre, contando-lhe o que acontecia na capital da província e solicitando auxílio. Depois reuniram um conselho de oficiais e nomearam o tenente-coronel Francisco da Costa Branco comandante único dos dois batalhões. À tarde, sob fortes aguaceiros, seguiram para o arraial de Santo Amaro de Ipitanga, onde pernoitaram¹¹².

TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO. Logo que essa retirada foi conhecida, a cidade do Salvador amanheceu transtornada. Mais que nos

dias anteriores, via a guerra civil se aproximar. Temerosas, muitas famílias fecharam suas casas e saíram para o recôncavo. Cronista da situação, o cônsul Guinebaud escreveu: "Eis a anarquia e a guerra civil regularmente estabelecidas. A cidade está consternada" (...). "Uma parte da população está no ancoradouro a bordo de navios do comércio ou passa para o interior. A escassez de víveres se faz já sentir, e tudo anuncia acontecimentos ainda mais funestos que os já sofridos"¹¹³.

Entretanto, mantendo-se no seu disfarce, o presidente Vianna convocou mais uma reunião do Conselho, que dessa vez se instalou com "rebeldes diretores" atribuindo-lhe participação na retirada dos batalhões e propondo que eles fossem declarados rebeldes e desertores e que tivessem como punição "fazer-se-lhe o ponto no soldo"¹¹⁴. Extremamente sucinta, embora a ata desse Conselho esconda o ambiente em que ele se desenvolveu, omitindo também algumas de suas resoluções, deixou muito evidente que Vianna e seus aliados guardaram uma posição cautelosa, mas que conseguiu tornar a reunião conciliatória além do que seria de esperar. Por isso mesmo, o Conselho terminou decidindo que Vianna dirigisse proclamações tranquilizadoras para a população e os batalhões. Pedia-se-lhes que se conservassem onde se encontravam; que não se aproximassem da cidade e que se mantivessem disciplinados às ordens dos seus superiores. Garantiu-se-lhes também o pagamento dos seus vencimentos. E resolveu-se enviar-lhes dois emissários, sendo bastante ilustrativo que as escolhas tenham recaído em pessoas que sempre tiveram posições políticas opostas: João Ladislau de Figueiredo e Mello e Manoel Ignácio da Cunha Menezes. Ladislau era um liberal cujo nome estivera envolvido nas conspirações de 1817 e 1821. Fizera a luta pela independência e era proprietário de engenho em Brotas; tinha o título miliciano de coronel. Por sua vez, o futuro visconde do Rio Vermelho, Manoel Ignácio da Cunha Menezes, era proprietário de armações na Pituba e de terras no Rio Vermelho e Amarelina. Embora não fosse regulamento militar, usava o título de tenente-coronel¹¹⁵.

Nessa terceira reunião do Conselho, Silva Castro solicitou registrar-se em ata que ele só havia aceito retomar o comando do 3º batalhão na manhã de 25 para cumprir a ordem do presidente da província. Na mesma ocasião também pediu devassa para se descobrir e punir "o agressor ou agressores" responsáveis pela morte do governador das armas. Ainda declarou que era "irresponsável" pela indisciplina do 3º batalhão¹¹⁶...

Segundo informa *Grito da Razão*, as proclamações assinadas por Vianna foram redigidas por José Lino Coutinho. Elas alteram o tom de surpresa com a saída dos batalhões com afirmativas de conciliação, como é exemplo a que está dirigida ao comandante do 1º batalhão¹¹⁷. Na proclamação aos povos da província, afirmou: "Em toda a parte achareis o sceptro imperial que assegurará vossa tranquilidade"¹¹⁸.

3 A DERROTA DO LEVANTE

UNIÃO CONTRA O LEVANTE. Provavelmente porque esperavam algum ataque vindo da Capital, os 2 batalhões saíram a 28 de Santo Amaro do Itipanga e se transferiram para a vila de Abrantes, na qual encontraram condições naturais para a defesa, por causa dos "comoros d'area" ao norte, do "mar bravo" na costa e da proteção dos rios Mosurungas e Joanes. Eles mesmos experimentaram dificuldades em atravessar o Joanes, que estava cheio. Passaram-no, porém, e tiveram auxílio de um dos principais proprietários daquela área, João Pereira da Fonseca, que os socorreu "com o seu gado"¹¹⁹.

Enquanto o 1º e o 2º batalhões estabeleciam um centro de reação em Abrantes, formava-se rapidamente o cerco do recôncavo contra os batalhões em armas na cidade do Salvador. Nesse sentido logo se manifestou o "governador da ilha de Itaparica", tenente-coronel Antonio de Sousa Lima, que condenou o levante de 25 de outubro e tomou medidas para dificultar o acesso ao recôncavo. Por sua vez, cumprindo a missão que lhe fora dada, o capitão Felisberto Brant Pontes Filho saiu de Salvador diretamente para São Francisco do Conde. Ia ao encontro do barão de São Francisco, Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, com quem já estava o major Manoel Joaquim Pinto Pacca. Inteiro do que se passava na capital da província, Bulcão reuniu "um Conselho da Câmara", do qual participaram o capitão Brant Pontes Filho, o major Pinto Pacca, o major miliciano José Maria Sã Barreto, o juiz de fora José Pinheiro de Vasconcellos e o dono do engenho **Cajayba**, Alexandre Gomes de Argollo Ferrão. Decidiram ajudar as tropas reunidas em Abrantes, enviando-lhes gado e contribuições em dinheiro¹²⁰.

Saindo de São Francisco do Conde em companhia do juiz de fora e de Alexandre Gomes de Argollo Ferrão, o capitão Brant Pontes Filho seguiu para Santo Amaro da Purificação. Pinheiro de Vasconcellos foi ali decisivo para o apoio da Câmara dessa vila, que se reuniu e votou contribuições para as tropas em Abrantes. Após essas vitórias políticas em São Francisco e Santo Amaro, o capitão Brant Pontes Filho viajou para a vila de Abrantes¹²¹.

De Cachoeira, o capitão José Paes Cardoso escreveu para o presidente Vianna. E conquanto afirmasse que os destacamentos do 4º batalhão (**Pitangas**) ali colocados pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, podiam representar "pequenos focos revolucionários", garantiu que a vila se mantinha em paz e que a Câmara já se pronunciara solidária com as decisões das Câmaras de São Francisco e Santo Amaro. Ao tempo em esse cerco se formava, aumentava o número de soldados em Abrantes, com a chegada de novos contingentes, a exemplo do que acompanhou o cirurgião-mor José Felipe de Abreu, que levou consigo "alguns remédios havidos a sua custa". Outros se seguiriam, de modo que Costa Branco escreveu para o presidente Vianna solicitando-lhe licença para "removerem o estacionamento para a villa de São Francisco"¹²².

600 SOLDADOS VOLUNTÁRIOS PARA PERNAMBUCO. Sucedeu então a chegada em Salvador da ordem em que D. Pedro mandava a Bahia enviar

"600 praças voluntarios" para Pernambuco. Era uma ordem anterior aos acontecimentos de 25, 26 e 27 de outubro, que agora tinham definido uma nova situação. Procurou, todavia, o brigadeiro Machado, cumprila. E a fez ler para os soldados do 3º e 4º batalhões, mas sem que se apresentasse um só voluntário. Irritado, o brigadeiro teria exclamado: "Pois, senhores, declarem-se: ou se obedeça a S.M. Imperial, ou do contrario não estejam mais com rebuços"¹²³.

Enxergando naquele aviso do imperador uma possibilidade de divisão em Abrantes, um conselho de oficiais, reunido no forte de São Pedro, decidiu enviá-lo para o 2º batalhão. Que saíssem dali "os voluntarios"! Segundo o autor da *Memoria Descritiva...*, o redator do ofício que acompanhou o aviso foi Innocencio da Rocha Galvão, o que parece mais uma intriga desse documento de luta ideológica, que assim estava caracterizando como de reconhecida liderança a posição de Rocha Galvão no forte de São Pedro. Sabe-se, no entanto, que Innocencio da Rocha Galvão já estava editando o seu próprio jornal, *Correio da Bahia*, no qual teria adotado um tom republicano que em verdade jamais apareceu no levante¹²⁴.

ATOS FINAIS. De resto, o 25 de outubro já estava virtualmente derrotado, sendo até surpreendente que tivesse resistido até 6 de dezembro. Com efeito, por causa da falta de uma definição clara e direta dos seus objetivos, ele caíra sempre, e a cada dia mais, na vacilação, para afinal imobilizar-se. Dessa forma, de nada lhe serviu possuir mais de 600 homens em armas na cidade!

A indefinição política, a vacilação e o imobilismo do 25 de outubro explicam porque as iniciativas políticas e militares passaram rapidamente para os que formaram o centro de reação em Abrantes. Eles não demoraram na definição política: eram pela ordem expressa no imperador. Nesse sentido, é bem ilustrativo que o manifesto dos comandantes do 1º e 2º batalhões, divulgado em resposta ao dos oficiais menores do 3º e 4º batalhões, e da artilharia, (o oficial de mais alta patente que o assinou foi o major Joaquim Satyro da Cunha), tenha a seguinte afirmativa: "Nunca fomos chefes de revolução"¹²⁵. Foi uma inversão, mas de 25 a 27 o 1º e 2º batalhões se tornaram o exército.

Cumprindo o acordo que Bittencourt e Camara fizera com os comandantes do 1º e 2º batalhões horas antes de se retirarem da cidade com os seus soldados, a 13 de novembro o batalhão de Minas deixou Salvador. No mesmo dia, Silva Castro ofereceu a Vianna o embarque dos periquitos para o Recife. Seguiram-se repetidas deserções. Por fim, ocorreram dois fatos a favor dos que reagiram ao levante. O primeiro foi a chegada à cidade do tenente-general José Eloy Pessoa da Silva. Vindo do Rio, trazia nomeação para o comando da artilharia, ato provavelmente anterior aos acontecimentos que se desdobraram com o levante armado de 25 de outubro. Contudo, militar profissional, Pessoa da Silva não vacilou no que tinha a fazer. Por isso mesmo, enviou enérgico ofício ao major Satyro, ordenando-lhe que reunisse os soldados da artilha

ria e se dirigisse com eles para Itapuã. Deu um prazo, quase ultimo: tinha de cumprir essa ordem até 28, caso contrário, devia se apresentar preso na fragata **Maria da Glória**. Ele próprio seguiu para Itapuã, pois reconheceu na de Abrantes "a leal tropa", cuja ação impedira na Bahia "o mesmo vertiginoso espirito republicano que tem feito a desgraça de Pernambuco"¹²⁶.

O outro fato que fortaleceu os de Abrantes foi a vinda do coronel Antero de Britto, enviado do Recife pelo brigadeiro Lima e Silva. O presidente Vianna nomeou-o em seguida comandante da tropa aquartelada em Abrantes, já agora auto-intitulada **Divisão Pacificadora**. Cumprindo a nomeação, o coronel Antero seguiu para Itapuã, onde tomou o comando, reuniu os batalhões e estabeleceu o plano para marchar para Salvador com a tropa distribuída em duas brigadas. Colocada sob o comando de Costa Branco, a 1ª brigada devia se movimentar em direção de Pirajá, aonde se reuniria às forças milicianas que ali já se encontravam. José Leite Pacheco ficou com o comando da 2ª brigada. Decidindo ir também para Pirajá, antes de sair de Itapuã, o coronel Antero dirigiu ofícios a Vianna, ao barão da Torre (Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque), que sustentava a tropa com dinheiro e bois, e a diversos proprietários em Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro¹²⁷.

Enquanto isso, garantido pela Marinha imperial, o presidente Vianna transferiu o governo da província para a fragata **Maria da Glória**. Já a bordo, divulgou uma proclamação definindo três princípios para se opor mais abertamente ao levante: 1 - Manter a causa da Independência; 2 - Manter a integridade do Império; e 3 - Conservar o regime monárquico-constitucional¹²⁸.

A gráfica da viúva Serpa acompanhou Vianna. Assim também procedeu o redator do *Grito da Razão*, Vicente Ribeiro Moreira, que editou no **Maria da Glória** ao menos um número do seu jornal. Governando sob a proteção da Marinha, o presidente Vianna chamou à sua presença o major Satyro e ordenou que continuasse no comando interino da artilharia, "conservando a tropa de seu comando debaixo da mais severa disciplina". Ao mesmo tempo, baixou instruções para o coronel Antero de Britto. Mantendo sua forma dúbia, não disfarçava, no entanto, de que lado estava, ao autorizá-lo a "requisitar às Autoridades Civis, e Militares desta Província todos os socorros, que forem necessários à Tropa do seu Commando", e a "requisitar aos Commandantes Militares todas as forças que julgar convenientes". Também mandou ocupar o forte do Mar, e oficiou a Silva Castro, chamando-o a bordo do **Maria da Glória**. Mas desde logo advertiu que cumprisse "todos os meios de socegar os espiritos agitados", certo que estava "que o seu Batalhão tão adherente a V.S. não cometerá qualquer violencia contra os Cidadãos pacificos dessa cidade"¹²⁹. Não obstante, o antigo combatente desenvolvido da guerra pela Independência, José Antonio da Silva Castro, já perdera todo o controle sobre o seu batalhão, àquela altura dividido, conquanto a maioria ainda atendesse ao capitão Macário, que pouco depois escapou para Pernambuco.

FINAL. No dia 19 de dezembro o coronel Antero de Britto ordenou a tropa que marchasse em direção da cidade do Salvador. Saíram de Pirajá às 3 da madrugada e às 5 da manhã "estava junto à cidade". Enquanto a 2a. brigada vinha por Brotas e chegava à Fonte Nova, a 1a. dividiu-se em duas, uma dessas, a que veio pela estrada das Boiadas (Liberdade), e a outra, a que ocupou o engenheiro Conceição, onde esperou um piquete da Cavalaria e outro de Caçadores antes de ocupar Mares e o velho Noviciado dos jesuítas (São Joaquim). Do alto da Soledade, o coronel Antero mandou o alferes José Pedro Berlinck "entrar na cidade" com os seus soldados¹³⁰.

Dividido em destacamentos, o batalhão dos periquitos embarcava na Ribeira. O embarque demorava. Impaciente com essa demora, no dia seguinte, Antero ordenou a Berlinck que levantasse acampamento do Barbalho e ocupasse a cidade. Foram os soldados que chegaram a São Bento dando vivas ao Imperador, "à sua imperial dinastia", ao imperador e ao presidente Vianna. Entretanto, ainda no dia 6 o coronel Antero estava enviando ofício a Silva Castro, ordenando que estivesse "a bordo para se fazerem impreterivelmente hoje à vella", o comandante Beauregaire instruído para suspender âncora "antes do anoitecer"¹³¹. Foi assim que se fez.

Transmitindo a notícia desse final, o cônsul Guinebaud escreveu: "A especie de revolução na qual vivemos desde 25 de outubro, terminou. Os Periquitos e outros soldados pretos dos diversos corpos rebeldes foram desde primeiro do corrente, embarcados sobre transportes que vão conduzi-los a Pernambuco onde, segundo as cartas de 29 do passado, já foi preparada sua imediata reexpedição para o Rio de Janeiro". Sempre temeroso dos soldados negros nos diversos batalhões, Guinebaud expressou: "É de se supor que o Imperador abrirá enfim os olhos sobre o extremo perigo de admitir Negros entre suas tropas". Nessa carta, o cônsul francês informa o regresso do presidente Vianna para a terra no dia 3, com respeitável séquito, escrevendo mais: "O partido do Imperador é o mais numeroso e inclui as pessoas honestas"¹³².

Era o fim. No dia 11 chegou à cidade o brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, duplamente nomeado governador das armas e presidente da Comissão Militar que logo passou a executar prisões e inquéritos arbitrários, um desses o que condenou o major Satyro à morte na forca, sentença cumprida na manhã de 15 de janeiro de 1825¹³³.

EXÉQUIAS SOLENES DO CORONEL FELISBERTO GOMES CALDEIRA. Derrotado o movimento de 25 de outubro, o governo imperial continuou a luta ideológica para apresentar o levante do 39 batalhão como republicano e um perigo para a unidade do Brasil. Também foi conveniente construir nova imagem para o coronel Felisberto. Fora a vítima "dos assassinos"... Nesse sentido é que se realizou "a pompa" do seu funeral no dia 22 de dezembro, quase dois meses após a sua morte, na mesma igreja de São Pedro Velho em que ele fora sepultado na noite de 25 de outubro, às escuras e às escondidas.

Celebrou-se ofício e missa, depois da qual subiu ao púlpito o padre mestre Frei Joaquim das Mercês, que orou enaltecendo a "firmeza do caracter" do coronel Felisberto. E eis um detalhe que não escapou ao redator de *Grito da Razão*: "A Eça estava ricamente armada, e era de huma altura prodigiosa".

Terminada a cerimônia religiosa, as tropas formadas em linha deram 3 descargas, que foram acompanhadas por outras disparadas pelo parque de 7 peças colocadas na praça do Teatro¹³⁴.

NOTAS

1 CALMON (Moniz de Bittencourt), Pedro. *A vida de Castro Alves* Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1961, p.6.

2 MATTOSO, Kátia M.de Queirós. O Consulado francês na Bahia em 1824, in *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, vol.39, p.149-221. Carta de 6 de março de 1824, do cônsul Guinebaud, p.181.

3 ACCIOLY (de Cerqueira e Silva), Ignácio. Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1933. Vol.IV, p.181-209; AMARAL, Braz do. Sedição Militar de 1824, in *Recordações Históricas*. Porto, Typographia Economica, 1921, p.39-68; *Grito da Razão*, ns. 70, 71, 72, 73, 74-75, 76 e 77.

4 *Grito da Razão*, n.15, 2 de abril de 1824.

5 ANDRADE, Laércio Caldeira de. O Cel. Felisberto Gomes Caldeira e a Independência da Bahia, in *Anais do 19 Congresso de História da Bahia*, Vol. III, p.213-234, p.218.

6 MATTOSO, Kátia M.de Queirós. Op.cit., p.176-177, Carta do cônsul Guinebaud, de 20 de fevereiro de 1824; AN: Códice 603, Vol.I, *Movimentos Políticos*. Também citaremos o vol. II do mesmo código no decorso deste trabalho.

7 *Diário do Governo*, n.115, 22 de maio de 1824. Coleção existente no IHGB: 170.2.8-9. Carta datada de 11 de março, foi interceptada pelo bloqueio do porto do Recife. Com amargura, o liberal Francisco Agostinho Gomes escrevia: "Quem poderia pensar nessa Província que a Bahia que acabava de ser tão generosamente auxiliada por essa para expelir os lusitanos, fosse tão ingrata e mesquinha que lhe negasse um pouco de farinha a quem lhe prodigalizou benefícios?". Ele próprio respondia: "À testa dos negocios publicos desta Província estão homens só proprios para figurarem em tempos de nosso primitivo despotismo".

8 *Grito da Razão*, n.15, 2 de abril de 1824.

9 Memória Descritiva dos Atentados da Facção Demagógica da Província da Bahia, in *Revista Trimestral do Inst. Hist. Geogr. Ethn. Brasileiro*, 29 Semestre, 1867, Tomo XXX, 1a. Parte, p.213-234. É o mais contemporâneo relato dos acontecimentos. Manuscrito no IHGB: Lata 19, Documento 18.

10 CALMON, Pedro. Os presidentes da província da Bahia, in *Diário Oficial do Estado*, 17 de junho de 1927; WILDBERGER, Arnold. Os Presidentes da Província da Bahia. Salvador, Tipografia Beneditina, 1949.

11 AMI: Maço L, Fon c 1-3. Carta noticiando a chegada do novo governador das armas. Registra: "Andam os turbulentos em ajunt.pelos lugares publicos falando atrevid. c. o Vianna por ter mandado sahir da Cid. o tal Pe. incendiario".

12 *Grito da Razão*, n.15, 2 de abril de 1824.

13 Ofício do presidente Vianna ao ministro João Severiano Maciel da Costa. Traz longo relato da manifestação de 19 de abril. O original manuscrito que se encontra no *Arquivo Público do Estado da Bahia* é de difícil leitura, por causa da restauração feita em papel impróprio. Trata-se do volume 675 (1823-1823) da correspondência do presidente da província. Por causa das dificuldades na sua leitura, é melhor consultar o trabalho indispensável da historiadora Kátia Mattoso, *O consulado francês na Bahia em 1824*, já citado. Reproduz o ofício do presidente Vianna, p.186-188.

14 AN: Códice 603, Volume I, *Movimentos Políticos*.

15 CALMON, Pedro. Op.cit., p.1-17.

16 *Aljube*. Prisão de eclesiásticos, construída no século XVIII por iniciativa do bispo D.José de Botelho, com o aproveitamento de 3 propriedades dos Carmelitas. Depois (1833) tornou-se prisão civil. Ver: OLIVEIRA, João Barboza de. As prisões do Paiz e o Systema Penitencial. Tese defendida na Faculdade de Medicina da Bahia em 1843.

17 Memória Descritiva... O autor anônimo desse importante documento é extremamente hostil a Silva Castro. Faça este aviso, mas não invalide o testemunho.

18 REBOUÇAS, Antonio Pereira. Recordações Patrióticas, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n.48, p.478.

19 CALMON, Pedro. Op.cit., p.5.

20 AMARAL, Braz do. História da Independência da Bahia. Bahia, Imprensa Oficial da Bahia, 1923; TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. 2a.edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982. *A interrogação após a palavra proprietários significa que eu não tenho certeza dessa condição em José Antonio da Silva Castro*. O autor anônimo da *Memória Descritiva*... informa que ele era tropeiro.

21 ACCIOLY, Ignacio. Op.cit., p.105-111.

22 AN: Códice 603, volume I, *Movimentos Políticos*; Sec. Mss. BN: II-33, 35, 2. Ver a nota 25.

23 Sec. Mss. BN: II-33, 35, 2.

24 Sec. Mss. BN: II-33, 35, 2.

25 Há imprecisão em quantos já escreveram sobre esse Conselho. Decorre de não estabelecerem diferença entre o Conselho criado pela Assembléia Constituinte e o Conselho Geral da Província previsto na Constituição de 1824, mas só regulamentado em 1828. De acordo com a lei de 20 de outubro de 1823, o presidente da província era nomeado pelo imperador, mas o Conselho a quem devia escutar era eleito "pe la forma mesma porque se elegem os deputados da Assembléia". Ver: *Coleção das Leis, e Decretos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, Na Typographia Imperial de P.Plancher-Seignot, 1827 (p.106-110).

26 Sec. Mss. BN: II-33, 35, 2.

27 Sec. Mss. BN: II-33, 35, 2.

28 A propósito do 19 de abril, *Grito da Razão*: "Os homens bons fechando os ouvidos às vozes do Sino da Camara, mostrarão (...) aos perturbadores do publico socego (...) que elles sabem respeitar a principal Auctoridade da Província". Pode não ter acontecido "um levante" no dia 19 de abril, mas a manifestação dos militares encontrou repercussão, como se deduz até mesmo do manifesto das forças aquarteladas em Abrantes. Ele se refere ao 19 de abril como uma tentativa "para a deposição das auctoridades constituídas" pelo imperador.

29 AN: Códice 603, volume I, *Movimentos Políticos*; TITARA, Laislau dos Santos. Paraguassu. São Paulo, 1973.

30 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.174-176.

31 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.188.

32 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.176.

33 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.176; Sec. Mss. BN: II-33,35,2.

34 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.176-177; MATTOSO, Kátia.Op.cit., p.190. Destaco o seguinte trecho do ofício do presidente Francisco Vicente Vianna: "Tenho também duplicado a vigilância policial para que não sejam offendidos os Portugueses hoje cidadãos brasileiros por favor da Constituição". Referindo-se aos que tinham sido "obrigados a sahir" da Bahia, porque considerados inimigos, esclareceu que "teem requerido demorar-se, e lhes tenho concedido prorrogação do prazo a bem do commercio".

35 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.178-179; MATTOSO, Kátia.Op.cit., p.184: carta do cônsul Guinebaud informa que o juramento da Constituição não inspirou "contestação nem entusiasmo". Escreveu: "Os povos demonstram a maior indiferença por todas essas abstrações que não são para elles senão palavras vazias de sentido ou ininteligíveis".

36 Ver o texto deste documento em ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.178-179.

37 *Grito da Razão*, n.30, 19 de junho de 1824.

38 *Grito da Razão*, n.26, 4 de maio de 1824. Desde o seu primeiro número, *Grito da Razão* vinha sendo editado às terças e sextas,mas naquele maio falhou nos dias 7 e 18. Não explicou. Mas ele é o grande jornal liberal baiano de 1824. Há outros, dentre os quais o *Correio da Bahia* que Innocêncio Rocha Galvão editou de novembro daquele ano a fevereiro de 1825. Accioly e Amaral informam que era o jornal das idéias republicanas, o que o faz de grande interesse para o conhecimento dessas idéias na Bahia daquela época.

39 OLIVEIRA MARQUES, A.H. História de Portugal. Volume II. Lisboa, Palas Editores, 1976, p.87-89.

40 PERES, Damião et alii. História de Portugal. Volume III. Barcelos, Portucalense Editora, 1935, p.122-123; VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. História de Portugal. Volume VIII (1807-1832). Lisboa, Editorial Verbo, 1984, p.392-415.

41 Sec. Mss. BN: II-31, 36, 8. Ofício de Francisco Vicente Viana ao ministro João Severiano Maciel da Costa, datado de 28 de maio de 1824.

42 *Grito da Razão*, n.29, 28 de maio de 1824.

43 *Grito da Razão*, n.34, 15 de junho de 1824; MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.186: em carta de 3 de junho, o cônsul Guinebaud escreveu: "Um conselho militar foi reunido há alguns dias para decidir sobre as medidas a serem tomadas no caso da invasão franco-portuguesa" (...) "Foi resolvido que seriam destruídas tôdas as obras e trincheiras deixadas pelos portugueses; que a cidade seria evacuada e que seriam todas posições nos arredores".

44 *Grito da Razão*, n.37, 29 de junho de 1824.

45 MONTEIRO, Tobias. História do Império. O Primeiro Reinado. Tomo I. Rio de Janeiro, F.Briguiet & Cia., 1939, p.140-143.

46 PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL, Volume XXII, p.125.

47 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.194. Nessa carta de 19 de julho, Guinebaud escreveu: "Ha cinco dias que os partidos se defrontam. Os soldados estão consignados nas casernas, sempre prontos a tomar as armas..."

48 BRANDÃO, Ulisses. A Confederação do Equador. Recife, Oficinas Gráficas da Repartição das Publicações Oficiais, 1924; ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.180-181.

49 Sec. Mss. BN: 6, 3, 2. *Processo Ratcliffe*.

50 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.197. Ofício do presidente Vianna ao ministro João Severiano Maciel da Costa.

51 *Memoria Descritiva...*, p.246.

52 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.194. Mais adiante, p.195, continua Guinebaud: "Se Pernambuco desligar-se do Império e proclamar sua independência, não tenho duvida que o espirito de republicanismo ganhará todas as Províncias do Norte". Como se viu, enganou-se.

53 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.196. Ofício do presidente Vianna ao ministro João Severiano Maciel da Costa.

54 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.197. Ofício do presidente Vianna para o ministro João Severiano Maciel da Costa. Original no ARQUEB, mas de leitura quase impossível.

55 POTECHKIN, V. et alii. Historia de la Diplomacia. Tomo II. Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1944, p.124-131; FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. Volume II. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958, p.45-55.

56 CALMON, Pedro. História do Brasil. Volume V. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955, p.1.531-1.551.

57 Sec. Mss. BN: II-33, 32, 1 - documento 19. Longo ofício do presidente Vianna ao ministro João Severiano Maciel da Costa. Escreve claramente que as deliberações não foram efetivadas "por constar das negociações encetadas em Londres" não haver o ataque português.

58 *Diário do Governo*, n.43, 19 de agosto de 1824.

59 Sec. Mss. BN: II-31, 35, 5. Ofício do coronel Felisberto Gomes Caldeira ao presidente Vianna, apenso ao qual estão os documentos da investigação realizada pelos oficiais acima citados. Destaco

que um deles, o major Pinto Pacca, seria nomeado substituto de Silva Castro no comando dos *Periquitos*.

60 Sec. Mss. BN: II-31, 35, 5.

61 Sec. Mss. BN: II-33, 32, 1 - documento n.9.

62 Sec. Mss. BN: II-33, 32, 1 - documento n.14.

63 Sec. Mss. BN: II-31, 36, 5 - documento n.5.

64 *Memoria Descritiva...*, p.248-250.

65 Sec. Mss. BN: II-33, 32, 1 - documento n.21. Ofício do presidente Vianna relatando os acontecimentos de 25 de outubro. Está datado de 28, o que é um detalhe importante.

66 Antiga residência (1760) do desembargador Francisco Antonio da Silveira Berquó, ou *Bercó*, conforme grafam Accioly e Amaral. De pois de restaurado é hoje (1989) sede da diretoria regional do SPHAN/Pró-Memória para os Estados da Bahia e Sergipe.

67 Há quatro versões contemporâneas dos acontecimentos de 25 de outubro. São: o ofício do presidente Vianna para o ministro João Severiano Maciel da Costa, aqui já citado e que se encontra na Sec.Mss. BN: II-33, 32, 1; a carta do cônsul Guinebaud, datada de 27 de outubro, traduzida e publicada pela historiadora Kátia Mattoso, op. cit., p.200-202; *Memoria Descritiva...*, p.233-253; e *Grito da Razão*, números citados. Embora escritas depois, é preciso consultar as recordações de José Bonifácio Caldeira de Andrade, reveladas por um seu descendente, Laércio Caldeira de Andrade, Op.cit., p.213-234. Para a descrição do episódio, utilizei essas cinco versões.

68 ANDRADE, Laércio Caldeira de. Op.cit., p.221.

69 *Grito da Razão*, n.70. Com os acontecimentos de 25 de outubro e dos dias que se lhe seguiram, *Grito da Razão* ficou "quase hum mez" sem circular. Quando voltou a aparecer, foi a 14 de novembro, de modo que há um interregno entre o 25 de outubro e o dia em que *Grito da Razão* o reportou. Utilizei-me, porém, do seu relato, comparando-o com o da *Memoria Descritiva...*, que se supõe ter sido escrita no Rio de Janeiro em 1825. Como seria inevitável, não concordam nas descrições, menos ainda nas posições políticas e no julgamento dos personagens. Mas se completam na seqüência que vai do cerco ao palacete Berquó à morte do coronel Felisberto, que ambos consideraram **assassinato**.

70 *Memoria Descritiva...*, p.252. Neste relato, ao ver a casa cercada, Felisberto manda abrir a porta da rua e recebe os dois alferes. A narração é discreta: "o que passaram com o governador das armas não se soube circunstanciadamente". Infelizmente não encontrei o processo instaurado e presidido pelo desembargador Luiz Paulo de Araújo Bastos. Ver nota 74, mais adiante.

71 ANDRADE, Laércio Caldeira de. Op.cit., p.221.

72 *Memoria Descritiva...*, p.253.

73 AMARAL, Braz do. Op.cit., p.45.

74 ARQUEB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial. Maço 2.773. *Juiz de Direito da 2a. Vara Crime. A Justiça, Francisco Peixoto de Miranda Veras. Vindo do cartório do Juri do escrivão Telles; 3 de fevereiro de 1834. É de se lamentar, no entanto, que esse documento se encontre em péssimo estado de conservação; está quase ilegível. Mas*

haveria outro processo que poderia esclarecer muitas questões ou dúvidas sobre o levante de 25 de outubro e a morte do coronel Felisberto. Seria o inquirido que foi presidido pelo Juiz do Crime, desembargador Luiz Paulo de Araújo Bastos, para descobrir o autor ou autores da morte do coronel. Requisitado, porém, pelo general Barbuda, para a Comissão Militar que ele presidiu na Bahia, parece que se extraviou. O fato é que não o encontrei. Suponho que Braz do Amaral o conheceu, ao menos em parte, mas não tenho certeza.

75 *Grito da Razão*, n.70, 14 de novembro de 1824.

76 *Club*, grifado, assim, em inglês, significava reunião, local de reuniões. *Innocência da Rocha Galvão* está na História do Brasil por causa de sua aclamação para presidente da República proclamada na Bahia a 7 de novembro de 1837 (*Sabinada*). Naquela ocasião, encontrou-se nos Estados Unidos, de onde não veio ocupar o posto. Baiano, nascido na vila da Cachoeira em 1764, foi estudar em Portugal, mas de embarcou em Lisboa quando essa cidade já estava ocupada pelo exército francês comandado pelo general Junot. Teria ido estudar na França, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas. Dentre outros trabalhos, escreveu e publicou *O Despotismo considerado nas suas causas e efeitos*. Para outras informações, ver: SILVA, Pedro Celestino da. *Galeria Cachoeirana*, in *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, n.68(1942), p.63-64. Trata-se de pequena nota biográfica, possivelmente com enganos. Ver também: ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.181.

77 AMARAL, Braz do. Op.cit., p.30. Severo com o coronel Felisberto Gomes Caldeira, Amaral o julga ambicioso, desleal e conspirador. Chega a tais juízos, sobretudo, por causa da participação de Felisberto na deposição do general Labatut do comando do exército, seguida de sua prisão, e na resistência à nomeação do brigadeiro José Manoel de Moraes. (Ver nota 90).

78 ANDRADE, Laércio Caldeira de. Op.cit., p.228.

79 ARQUEB. Sec. do Arquivo Colonial e Provincial: Maço 626. *Memorial ao rei D. João VI sobre a prisão de Felisberto Gomes Caldeira, José Egydio Gordilho de Barbuda e outros. Lisboa, Na Typographia de F.M.de Campos, de 1822*. O episódio de 3 de novembro de 1821 ainda não foi estudado. Como manifestação política pertence à linha dos movimentos que se formaram em oposição aos governos aclamados no decurso das adesões à revolução liberal-constitucional em Portugal. Os seus objetivos eram confusos e imprecisos, daí o seu aspecto imediato, de tentativa de deposição do governo presidido por Moura Cabral. Foi, contudo, mais profundo. Ver: GARCIA, Manoel Corrêa. *História da Independência da Bahia*. Bahia, Empreza Editora, 1900.

80 ARQUEB. Idem, ibidem.

81 ANDRADE, Laércio Caldeira. Op.cit., p.215. Transmito essa informação sob reserva.

82 CALMON (Du Pin e Almeida), Miguel. *A batalha de Pirajá*, 8 de novembro de 1822. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1923.

83 Trecho da oração fúnebre pronunciada por frei Joaquim das Mercês nas exéquias solenes do coronel Felisberto, celebradas um ano depois de sua morte. A citação pertence a Manuel Quirino, em correspon-

dência para Laércio Caldeira de Andrade. Op.cit., p.228, nota 01.

84 SOUSA, Octavio Tarquinio de. *A Vida de Pedro I*. Tomo II. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1960, p.445-488. Trata-se de um dos episódios mais ocultos na história da independência do Brasil. Participa das controvérsias em torno da aclamação de D. Pedro como imperador. Havia os que pretendiam antes da aclamação o juramento da futura Constituição. O ministro José Bonifácio se opunha a tal exigência. Vitorioso nas suas posições, a 2 de novembro o ministro José Bonifácio começou a repressão no Rio de Janeiro, de onde ela se estendeu às províncias e foi severa.

85 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.3-21. Relembro esses aspectos obscuros da guerra pela independência do Brasil na Bahia para formar melhor entendimento das posições políticas de Felisberto Gomes Caldeira.

86 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.22. Em acréscimo ao que escrevi acima, lembro que em sua ordem do dia ao exército, a 27 de maio, o coronel José Joaquim de Lima e Silva escreveu: "Viva o nosso imortal Imperador; Viva a assemblea constituinte da nação brasileira".

87 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.36-39. O ataque foi dirigido às trincheiras do exército português, conforme a descrição que está no ofício de Felisberto para Lima e Silva, ACCIOLY, p.37-39. Ocorreram na ocasião combates de alguma importância em Brotas e Rio Vermelho.

88 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.67-68. Essas referências são inevitáveis, conquanto escapem dos objetivos deste trabalho. Mas devo lembrar as proclamações do governo provisório, datadas de 7 e 30 de julho, nas quais encontro indicações da luta pelo poder na Bahia. Chamou atenção para a de 7 de julho.

89 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.68. Além de Francisco Elezbão, futuro visconde de Pirajá, compunham o governo Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, José Joaquim Muniz Barreto e Aragão, Antonio Augusto da Silva, Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, todos proprietários, e o coronel Felisberto Gomes Caldeira.

90 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.81-85 e AMARAL, Braz do. Op.cit., p.9. Ambos opinam que Felisberto "desejava ser governador das armas da província". Episódio que também ilustra as dificuldades de comunicação que então existiam entre a Bahia e o Rio de Janeiro, veja-se que a Carta Imperial que nomeou o brigadeiro Moraes foi redigida desconhecendo-se a aclamação do coronel Lima e Silva para substituto de Labatut. Entende-se que essa reserva explica-se para não se conhecer atos de indisciplina. Aceitando, contudo, a nomeação do brigadeiro Moraes, o coronel Lima e Silva a participou "a todas as tropas" em ordem do dia assinada a 19 de agosto, mas encontrou justificativas para aceitar no dia seguinte o movimento que o manteve no comando: "Cumpram-me pois que eu continue à testa da força militar desta província, o que faço publico, e declaro, para que todos os negócios em projecto tenham o seu andamento"; doc. em Accioly, Op. cit., p.84.

91 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.98. No seu ofício ao Governo Provisório, o coronel Lima e Silva reconheceu que sua "autoridade não tinha apoio preciso".

92 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.99-100.

93 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.194-198: **manifesto dos oficiais rebeldes.**

94 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.194-198.

95 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.194-198. Mais adiante voltarei a esse manifesto, que só teve, na verdade, uma única assinatura de oficial, a do major Joaquim Satyro da Cunha, além de nada ter de **rebelde**. Esse qualificativo não lhe pertence: é posterior e participa da versão hostil que lhe deram.

96 *Grito da Razão*, n.70, 14 de novembro de 1824. Condenando a morte violenta do coronel, *Grito da Razão* escreveu: "He verdade que o finado Coronel Felisberto Gomes tinha hum genio forte, e não era daqueles que sabia ganhar corações, porem he inegavel que elle era honrado e humano". Ao mesmo tempo condenou o "bando de esfaimados gaviões" (...) que "já marcão inermes, e tristes victimas". Esse comentário foi escrito quando já era evidente o fracasso do levante, mas isso não lhe retira a sua expressividade.

97 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.200. Carta do cônsul francês Guinebaud, datada de 27 de outubro.

98 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.184. O n.70 do *Grito da Razão* publica o texto da segunda carta de Silva Castro ao presidente Vianna. Nela, escreveu achar-se "em triste situação sem nada deliberar, em quanto Vossa Excellencia não der as suas ordens".

99 Sec. Mss. BN: II-33, 32, 1 - n.21. Longo ofício de Vianna ao ministro. Está datado de 28 de outubro.

100 *Grito da Razão*, n.71 19 de dezembro de 1824. Essa presença de Rocha Galvão no forte rebelado concede veracidade às versões que o colocam nas decisões do levante. Não está muito claro, mas fica-se com a impressão de que ele chegou ao forte quando o coronel Rodrigues retomou o comando e o subleveu.

101 Carta do cônsul Guinebaud, datada de 27 de outubro, in MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.200.

102 *Grito da Razão*, n.71. Acompanho a descrição desse jornal por ser a mais contemporânea. Naturalmente que tem as limitações das circunstâncias, inclusive o tom de condenação ao levante. Mas as suas descrições foram feitas quase sobre os acontecimentos. Ainda coloco o **quase** porque esteve vários dias sem ser editado, devendo-se notar que esse n.71 foi impresso na corveta **Maria da Gloria**, na qual já se encontrava o presidente Vianna. Como outros, seu redator achara-se inseguro na cidade.

103 *Grito da Razão*, n.71. Não se tratava de um Conselho como o que deveria ser eleito nos termos da Lei de 20 de outubro. Dividindo, contudo, sua autoridade, com esse Conselho, Vianna revelava habilidade e encontrava condições para utilizar sua ambigüidade nas ocasiões críticas. De outra parte, a aceitação desse Conselho, da parte dos que fizeram o levante, mostra a fraqueza em que já se encontravam,

com oficiais e soldados amontados no forte de São Pedro, mas sem **sa**berem o que fazer ou apresentar. Se é que os **clubs** iam oferecer a opção republicana, não o fizeram.

104 *Grito da Razão*, nº 71, 1 de dezembro de 1824, nota (01).

105 *Grito da Razão*, nº 71. Quase todas as publicações da época se referem a Silva Castro como sargento-mor, título que já possuía antes da guerra pela Independência. É ao ser incorporado ao exército que a sua patente passa a **major**.

106 *Grito da Razão*, nº 71, texto e notas (02), (03) e (04).

107 *Grito da Razão*, nº 71, p.2-3; ver, também, a carta do cônsul Guinebaud, de 24 de novembro, in MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.204-206, e ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.187-188. Accioly informa que o brigadeiro Fonseca Machado "limitou-se a reproduzir um mero fantasma". Com efeito, não exerceu qualquer comando.

108 *Grito da Razão*, nº 71, p.2-3. Entre os signatários da ata aparecem nomes de oficiais que teriam destaque no movimento federalista-republicano de 1837, como Sérgio José Velloso e Daniel Gomes de Freitas. Eles amarram uma linha seqüente de idéias e movimentos.

109 *Memoria Descritiva...*, p.269; ACCIOLY, Ignácio. Op. cit., p.188-189.

110 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.189.

111 *Memoria Descritiva...*, p.263-269.

112 *Memoria Descritiva...*, p.263-269; *Grito da Razão*, nº 74-75, 23 de dezembro de 1824. Reproduzo o itinerário descrito pelo jornal de Vicente Ribeiro Moreira, p.2, nota (1). Esse nº do *Grito da Razão* também informa que Frei Joaquim das Mercês participou da reunião que decidiu pelo abandono da cidade. Mas é igualmente em jornal quem acrescenta um dado importante, para que se entenda a saída da cidade dos dois batalhões, ao registrar que ela foi apressada pela adesão de alguns oficiais e soldados do 1º batalhão aos **periquitos**. Também ocorreram adesões de oficiais do 2º batalhão.

113 MATTOSO, Kátia. Op.cit., p.201.

114 *Memoria Descritiva...*, p.283; *Grito da Razão*, nº 74-75.

115 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.190-191. Menezes foi quem negociou com Lima e Silva a retirada do exército português da Bahia.

116 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.191, nota (01).

117 ACCIOLY, Ignácio. Op.cit., p.192-193. Ver esse doc. em *Grito da Razão*, nº 74-75.

118 *Grito da Razão*, nº 74-75. Ver as proclamações em Accioly, locais citados.

119 *Memoria Descritiva...*, p.285-286.

120 *Memoria Descritiva...*, p.287-288. As contribuições foram de 100 mil réis e 10 bois, concedidas pelo tenente-coronel José Netto da Silva, Siqueira Bulcão, major José Maria Sá Barreto, Miguel José Maria de Teive e Argollo, José Joaquim Moniz e Alexandre Gomes de Argollo Ferrão.

121 *Memoria Descritiva...*, p.289.

122 *Memoria Descritiva...*, p.290-296. Na relação dos que mo
viam "louvores" por se terem colocado "amigos da Ordem", *Grito da*
Razão, nº 77 (29 de dezembro de 1824) destaca o capitão-tenente João
Francisco de Oliveira Botas, comandante das barcas canhoneiras esta
cionadas no porto da cidade do Salvador. *Grito da Razão* informa que
o intendente da marinha negou-lhe mantimentos.

123 *Memoria Descritiva...*, p.295.

124 *Memoria Descritiva...*, p.295. Lamento, mas nada posso es
clarecer desse jornal, pois não encontrei um só dos exemplares publi
cados.

125 ACCIOLY, Ignácio. Obra cit., p.198-200. É aconselhável com
parar os dois manifestos divulgados em Accioly-Amaral.

126 ACCIOLY, Ignácio. Obra cit., p.202-203. Ofício do tenente-
general José Eloy Pessoa da Silva ao major Satyro. Não encontrei do
cumento que sirva de prova, mas ficou a suposição (Accioly e Braz dô
Amaral) de que Satyro se manteve no porto atendendo pedido do presi
dente Vianna, que nele via o único capaz de conter os soldados rebel
des. Ter assinado o manifesto de 30 de outubro, e permanecido no co
mando interino da artilharia, foram as acusações que pesaram para a
condenação à morte do major Satyro.

127 *Memoria Descritiva...*, p.345-350. É conveniente acompanhar
o auxílio em dinheiro, bois e farinha, que os proprietários do recôn
cavo deram ao 19 e 29 batalhões logo que eles chegaram à região da
antiga aldeia do Espírito Santo. Não se deve pôr de lado também que
o presidente Vianna mandou pagar-lhes o soldo.

128 *Memoria Descritiva...*, p.345-350.

129 *Grito da Razão*, ns. 70, 71, 72, 73-74 e 77.

130 *Memoria Descritiva...*, p.350-355.

131 Sec. Mss. BN: II-33, 20, 8 e II-33, 28, 2.

132 MATTOSO, Kátia. Obra cit., p.212-214.

133 *O Independente Constitucional*, n.13, 18 de janeiro de 1825,
Bahia, Na Typographia Nacional; *Reflexões sobre a Comissão Militar*
creada na Bahia por Decreto de 16 de Novembro de 1824. Dedicadas aos
seos amigos M.R.B.: J.M.P., por B^{xxx} B^{xxx}. Na Typographia Nacional.
Anno de 1825. 20p. Arquivo do Museu Imperial, I - POB, 13.1.1825.

134 *Grito da Razão*, nº 74 e 75, 23 de dezembro de 1824.

135. FLEXOR, Maria Helena. *Os Núcleos Urbanos Planejados do Século XVIII: Porto Seguro e São Paulo*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1989, 40p.
136. OLIVEIRA, Waldir Freitas. *O Tico-Tico: Uma Revista Infantil Brasileira*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1989, 32p.
137. PERES, Fernando da Rocha. *Itaparica: O Poeta, O Poema e a Ilha*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1989, 48p.
138. *Reedições 1*. CALASANS, José: *A Guerra de Canudos Na Poesia Popular*, nº 14; Machado Neto, Zahidê, *Quadro Sociológico da "Civilização" do Recôncavo*, nº 71. Salvador, CEB, UFBA, 1989, 40p.
139. ZAMA, César. *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos / César Zama; Nota Explicativa de José Calasans*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1989, 62p.
140. *Regimentos dos Comissários e Escrivães de seu Cargo, dos Qualificadores e dos Familiares do Santo Ofício; introdução de Luiz Mott*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1990, 16p.
141. CARVALHO, Maria do Socorro Silva. *A ideologia em Barravento: Estudo de roteiro*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1990, 36p.
142. NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *A Postura escravrocata no convento de religiosas: Santa Clara do Desterro na Bahia, 1680-1850*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1990, 44p.
143. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O movimento republicano na Bahia*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1990, 32p.
144. TAVARES, Luis Henrique Dias Tavares. *O Levante dos Periquitos na Bahia; um episódio obscuro do primeiro Império*. Salvador, C.E.B. UFBA, 1990, 44p.

Apoio Cultural

 **COPENE**
PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.